

**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA**

**PRÁTICAS IMPLEMENTADAS PELOS CAFAP NA
INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS: PERCEÇÕES DOS TÉCNICOS
SOBRE OS FATORES DE SUCESSO**

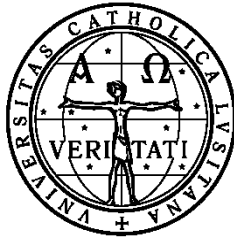
**Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade
Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
Ciências da Família**

Por

Ana Maria Santos Barrocas

**Faculdade de Ciências Humanas – Instituto de Ciências da
Família da Universidade Católica Portuguesa**

Outubro de 2017



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA**

**PRÁTICAS IMPLEMENTADAS PELOS CAFAP NA INTERVENÇÃO COM
FAMÍLIAS: PERCEÇÕES DOS TÉCNICOS SOBRE OS FATORES DE
SUCESSO**

**Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da Família**

Por

Ana Maria Santos Barrocas

**Faculdade de Ciências Humanas – Instituto de Ciências da Família da
Universidade Católica Portuguesa**

Sob orientação da Professora Doutora Rita Francisco

Outubro de 2017

RESUMO

A família é a célula base da sociedade, olhá-la sistemicamente implica ter uma visão da sua estrutura e do seu desenvolvimento (Alarcão, 2000). Atendendo à sua natureza sistémica, dinâmica e complexa, os aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental assumem especial importância na atenção que os Serviços de Apoio lhes prestam. Nesta linha, os Centros de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP) surgem como mecanismos especializados de apoio à família, onde é reconhecida a necessidade de desenvolverem uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial. É a partir do contributo da teoria dos sistemas complexos adaptativos que o presente estudo se desenvolve (Burnes, 2005), utilizando-a para compreender o modo como as transformações acontecem nas famílias, enquanto sistema complexo, e de que forma como nos podemos envolver (CAFAP e Técnicos Interventores) para que a mudança ocorra (Byrne, 2005).

O presente estudo, de natureza qualitativa e exploratória, tem como objetivo explorar as perceções dos técnicos sobre as características existentes na estrutura organizacional dos Centros de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP), nas competências dos técnicos interventores e nas características das famílias que potenciem ou constriam o sucesso na intervenção. A amostra de conveniência, foi recrutada nos CAFAP do distrito de Lisboa, com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (ISS, IP), com intervenção nas modalidades Preservação Familiar e Reunificação Familiar. Participaram na investigação 15 técnicos (N=15) maioritariamente do sexo feminino (14), com idades compreendidas entre os 26 e os 56 anos ($M = 35,46$; $DP = 7,8$). Os instrumentos de recolha de dados incluíram a entrevista semi-estruturada e a ficha técnica síntese, construída especificamente para este estudo. Os dados recolhidos foram analisados através do método de análise temática e com recurso ao software Nvivo. Os resultados revelaram que as dimensões mais referidas como fatores potenciadores de sucesso na intervenção foram os Técnicos Interventores (competências-chave, princípios orientadores e valores) e a Estrutura CAFAP (princípios orientadores e suporte às equipas), seguidos das Famílias (essencialmente o foco na mudança). No que respeita aos fatores constrangedores as próprias Famílias surgem como a dimensão mais representada (características funcionais, desafios e adesão à intervenção). Ainda como fatores

constrangedores surgiram o papel do CAFAP, a constituição das equipas e o espaço físico da intervenção, assim como a articulação com as entidades parceiras, os recursos (insuficientes e desajustados no tempo) e a (in)definição de papéis. A qualificação da intervenção, o redimensionamento das equipas, assim como a necessidade de princípios orientadores a balizarem a intervenção foram os aspetos apontados pelos participantes como caminho futuro para os CAFAP. São discutidas algumas limitações do estudo e implicações para investigações futuras.

Palavras-chave: CAFAP, técnicos, famílias, sistemas complexos, intervenção, sucesso, fatores potenciadores, fatores constrangedores

ABSTRACT

The family is the base cell of society, looking at it systematically implies having a vision of its structure and its development (Alarcão, 2000). Given their systemic, dynamic and complex nature, affective, relational, educational and parental responsibility aspects are particularly important in the care provided by the Support Services. In this line, the Family Support and Parental Counseling Centers (CAFAP) appear as specialized support mechanisms for the family, where the need to develop a specialized intervention directed at families at a psychosocial risk is recognized. It is from the contribution of the theory of adaptive complex systems that the present study develops (Burnes, 2005), using it to understand how transformations happen in families as a complex system, and how we can get involved (CAFAP and professionals) for the change to occur (Burnes, 2005).

The current qualitative and exploratory study aims to explore the perceptions of professionals working on Family Support and Parental Counseling Center (CAFAP) regarding features of the organizational structure, professionals' abilities and families' features that facilitate or constrain the intervention's success. The sample of the convenience was recruited on CAFAP, who have an established Cooperation Agreement with the Instituto da Segurança Social (Social Security Institute), and working on Family Preservation and Family Reunification, located in the Lisbon District. The participants included 15 (N=15) professionals, mainly female (14), aged 26 to 56 years-old ($M = 35,46$; $SD = 7,8$). The data collection instruments included a semi-structured interview and a brief technical file sheet specifically conceived for this study. The collected data were analyzed by the method of thematic analysis and using the Nvivo software. The results revealed that most dimensions referred to as factors of success in the intervention were Professionals (key-skills, guiding principles and personal values) and the CAFAP's Structure (guiding principles and team support) followed families (essentially the focus on change). Regarding constrain factors, families themselves were the most mentioned by participants (functional features, challenges and adherence to intervention). Also mentioned as constraining factors were CAFAP's role, teambuilding and intervention's physical space, partnerships' liaison, resources (insufficient and misfits in time) and the blurring of papers. The most highlighted aspects mentioned by participants as being CAFAP's future path were the interventions' qualification, the (re)dimensioning of teams, and the need for guidelines to provide guidance to the intervention. Are also discussed some limitations of

the study and future researches are necessary to test these results in larger samples and different contexts.

Key words: CAFAP, professionals, families, complex systems, intervention, success, facilitating factors, constraining factors

AGRADECIMENTOS

Minha querida Maria, fonte de inspiração! Muito Obrigada por essa energia e alegria contagiante, por essa natureza graciosa e irrequieta, por seres quem és e como és, muito especial, que faz com que cada dia seja único, inesquecível, repleto de beleza e magia.

Meu querido José, és o meu Pilar! O meu profundo agradecimento pelo apoio incondicional dado, pelo encorajamento nos momentos de cansaço, pela tua generosidade e disponibilidade para abraçares em conjunto mais este desafio. Sem ti esta etapa não seria possível! Obrigada pelo incentivo nos momentos mais críticos e pela satisfação partilhada nos momentos de glória. Houve momentos em que foi difícil, mas uma vez mais fica a convicção que o Amor é uma força potenciadora que consegue ultrapassar o impensável.

A ti, minha querida Mãe, a quem devo tudo, todos os sábios ensinamentos que me transmitiste ao longo da vida, que nesta fase em particular constituíram-se como pontos cardeais nesta caminhada. Essa força interna, essa energia, essa luta constante, o não desistir! O meu Muito Obrigada por seres quem és e por ter a sorte de te ter como Mãe.

Minha querida Mana, Muito Obrigada por estares sempre aí, por estares ao meu lado e partilhares comigo todos os momentos que foram sendo percorridos, aqueles momentos mais entusiásticos, em que as adversidades foram ultrapassadas e aqueles momentos mais sombrios e difíceis, em que o cansaço teimava em persistir e a energia a desaparecer. Nesses momentos houve sempre uma palavra amiga e de incentivo para continuar!

Professora Rita Francisco, Muito Obrigada pela sua disponibilidade incondicional, pelo seu rigor, sabedoria e profissionalismo. Muito obrigada pela palavra, pelo reforço, pelo encorajamento em tempo útil! Essas competências do Saber-Ser, que associadas às competências do Saber-Saber e do Saber-Fazer, a tornam Única e Especial!

À Dra. Ana Melo um agradecimento sincero pela partilha, enquanto informante privilegiado e pela disponibilidade.

Aos Diretores Técnicos, Coordenadores e Técnicos dos CAFAP do distrito de Lisboa um agradecimento especial pela partilha, pela disponibilidade, pelos momentos de reflexão, pela relação empática e de confiança que facilitou esta caminhada no roteiro dos CAFAP.

ÍNDICE

Introdução	1
I. Enquadramento Teórico	
1. Uma Abordagem ao processo de mudança nos sistemas complexos	3
2. As Famílias Multidesafiadas	5
3. Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP	7
3.1 A Avaliação familiar, a Intervenção com a família, a Mudança da família	12
4. Estrutura relacional para o pensamento complexo CAFAP Técnico Interventor – Família	15
II. Metodologia	
1. Desenho da Investigação	22
1.1 Questão inicial	23
1.2 Objetivo geral e Objetivos específicos	23
1.3 Mapa conceptual	24
1.4 Questões de Investigação	24
2. Instrumentos	
2.1 Guião de entrevista semi-estruturada	25
2.2 Ficha Técnica Síntese	25
3. A amostra	
3.1 Condições e critérios de amostragem	25
3.2 Caracterização da amostra	26
4. Procedimentos de seleção e recolha de dados	27
5. Procedimentos de Análise de dados	28
III. Apresentação de Resultados	29
1. Caracterização dos CAFAP	30
2. Fatores Potenciadores e Constrangedores de Sucesso na Intervenção com Famílias	32
3. Caminho futuro	40

IV. Discussão	42
Conclusão	52
Referências Bibliográficas	53

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa conceptual das variáveis em investigação	24
Figura 2. Caracterização sócio-demográfica da amostra	27

Índice de Quadros

Quadro 1. Modalidades de Intervenção e Número de Famílias Protocoladas nos CAFAP do Distrito de Lisboa com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa	31
Quadro 2. Cobertura geográfica dos CAFAP no Distrito de Lisboa	32
Quadro 3. Fatores Potenciadores de Sucesso na Intervenção	33
Quadro 4. Fatores Potenciadores de Sucesso na Intervenção	34
Quadro 5. Fatores Potenciadores de Sucesso – Estrutura CAFAP	36

Apêndices

Apêndice A – Guião de entrevista semi-estruturada

Apêndice B – Ficha Técnica Síntese

Apêndice C – Declaração de consentimento informado

Apêndice D – Árvore de Categorias

Anexos

Anexo A – Portaria nº 139

INTRODUÇÃO

As famílias em contexto de pobreza têm sido objeto de investigação ao longo dos anos, reunindo especialistas de diferentes áreas. Na procura da sua conceptualização, as famílias têm sido alvo de muitas definições que se diferenciam de acordo com o enfoque que é dado à estrutura do grupo e às modalidades relacionais com o ambiente social circundante. No entanto, mais do que encontrar uma definição ou conceito, é imperioso olhar para as famílias como um todo, considerando que cada uma das partes é fonte de significado e importância, rica em complexidade relacional e emocional. Tendo em atenção os múltiplos desafios que estas famílias enfrentam ao longo do seu percurso de vida, o enfoque deste estudo são as famílias multidesafiadas. Melo e Alarcão (2011) definem as famílias multidesafiadas como aquelas que viveram ou vivem em condições de vida adversas, experienciando uma exposição prolongada, embora não necessariamente aguda, a ambientes stressantes ou, por outro lado, experienciaram circunstâncias de vida duras, durante períodos de tempo curtos mas com uma exposição a *stress* muito intenso, e que lidaram ou lidam com múltiplos desafios ou múltiplos stressores em simultâneo, frequentemente em paralelo com crises normativas. É quando a família sente ameaçada a sua organização que se acentuam as dificuldades em relação às crises, surgindo, muitas das vezes, os pedidos de intervenção aos serviços de apoio à família.

Os Serviços de Apoio à Família apresentam-se na literatura com um percurso e história consideráveis. Abrangem um leque diversificado em termos de objeto de intervenção que vai desde o combate à estigmatização e pobreza das famílias, até à Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Em Portugal esta é uma realidade recente, dado que a criação destes serviços reporta a 2006, com o aparecimento dos Centros de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP).

Considerando a família enquanto estrutura de cidadania plena, olhá-la sistemicamente implica ter uma visão da sua estrutura e do seu desenvolvimento (Alarcão, 2000). Atendendo à sua natureza sistémica, dinâmica e complexa, os aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental assumem especial importância na atenção que os Serviços de Apoio lhes prestam. Nesta linha, os CAFAP surgem como mecanismos especializados de apoio à família, onde é reconhecida

a necessidade de desenvolverem uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial.

É a partir do contributo da teoria dos sistemas complexos adaptativos que o presente estudo se desenvolve (Burnes, 2005), utilizando-a para compreender o modo como as transformações acontecem nas famílias, enquanto sistema complexo, e de que forma como nos podemos envolver (CAFAP e Técnicos Interventores) para que a mudança ocorra (Byrne, 2005). A natureza qualitativa e exploratória do estudo justifica-se pelo facto de se focar num tema recente e de abordar uma área pouco desenvolvida. Especificamente, pretendemos conhecer as práticas implementadas pelos CAFAP ao nível da intervenção com famílias, assim como as perceções dos técnicos interventores sobre os fatores de sucesso (e constrangedores do mesmo) nestas intervenções em termos da estrutura organizacional CAFAP, das competências dos Técnicos Interventores e das características das famílias.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se ao enquadramento teórico onde se apresenta uma revisão de literatura das teorias da complexidade, do conceito de famílias multidesafiadas enquanto sistema complexo, assim da natureza e objetivos dos Serviços que as apoiam – os CAFAP. À luz de uma estrutura relacional para o pensamento complexo apropriamo-nos da metáfora da complexidade da jardinagem, e das suas componentes base ambiente – jardineiro jardim, para explorar os fatores existentes na tríade CAFAP Técnico Interventor – Famílias que podem potenciar ou constranger o sucesso na intervenção. A metodologia é apresentada no segundo capítulo, onde emerge a questão inicial, os objetivos da investigação bem como o mapa conceptual. São descritos os instrumentos utilizados na recolha de dados, as condições e critérios de amostragem, seguida da caracterização da amostra. Apresentam-se ainda os procedimentos de seleção e de recolha de dados, assim como os procedimentos da análise de dados. No terceiro capítulo serão apresentados os principais resultados obtidos e no último capítulo será apresentada a discussão dos mesmos. Por último, a conclusão abordada a globalidade do estudo, apresentando as limitações encontradas, os seus contributos para a prática, assim como pistas para investigação futura.

I. Enquadramento Teórico

1. Uma abordagem ao processo de mudança nos sistemas complexos

Qualquer intervenção que os Serviços de apoio à família desenvolvam procuram, como resultado final, a mudança nas famílias, como forma de potenciar o seu processo de inclusão social. Neste sentido importa trazer a debate a teoria da mudança social e a forma como se processa a mudança, recorrendo à teoria da complexidade.

Há alguns séculos atrás, Descartes (1596-1650) e Newton (1642-1727) influenciaram a visão do mundo com o paradigma linear, caracterizado pela ordem, reducionismo, previsibilidade e determinismo. No entanto, novas descobertas vieram afirmar que nem todos os fenómenos são caracterizados dessa forma. O princípio da incerteza de Heisenberg contribuiu, em grande parte, para alterar esta visão dogmática. A partir daqui, outros contributos foram dados pela ciência de tal modo que a universalidade aplicada a todos os fenómenos, a linearidade causa-efeito, o todo como simples soma das partes, foram postos em causa (Geyer, 2010). Neste contexto surgem as teorias da complexidade que partilham entre si a visão de que os sistemas são não lineares, não sendo possível estabelecer relações lineares causa-efeito. Especificamente, a teoria dos sistemas complexos adaptativos procura compreender o comportamento dos elementos individuais dos sistemas e populações (Burnes, 2005). É precisamente com este contributo, da teoria dos sistemas complexos adaptativos, que esta investigação se vai desenvolver.

Byrne (2005) define a teoria da complexidade como o entendimento interdisciplinar da realidade composta por sistemas complexos abertos com propriedades emergentes e potencial de transformação. Resulta da teoria da complexidade que esse conhecimento é inerentemente local ao invés de universal. A ciência complexa é inerentemente dinâmica, preocupando-se com a descrição e explicação da mudança, surgindo a trajetória (padrão real de mudança) como um dos seus termos mais poderosos importado da Teoria Geral.

O sistema complexo deve ser compreendido através da interação entre os seus componentes, bem como entre estes e o ambiente, permitindo que o sistema mude, através da auto-organização. Os sistemas sociais complexos consistem num largo número de elementos que têm de interagir e essa interação deverá ser dinâmica. Um sistema complexo muda com o tempo, as suas interações poderão ser físicas ou realizadas através de

transferência de informação e essa interação é muito rica pois qualquer elemento no sistema influencia e é influenciado. As próprias interações são não lineares, na medida em que pequenas causas podem produzir grandes resultados e vice versa; as interações são, normalmente, de pequeno alcance, ou seja, as informações são recebidas primeiramente pelas pessoas mais próximas. No entanto, as interações de longo alcance não são impossíveis; há retorno nas interações. O efeito de qualquer atividade pode alimentar-se a si própria, às vezes diretamente, outras vezes depois de um número de estágios intermediários. O feedback pode ser positivo ou negativo, sendo ambos necessários. Deverá existir um constante fluxo de energia de forma a manter a organização do sistema, assegurando a sua sobrevivência. Os sistemas complexos têm história, não evoluem apenas através do tempo, mas o seu passado é coresponsável pelo seu comportamento atual e qualquer análise dos sistemas complexos que ignorem a dimensão do tempo está incompleta. A complexidade é o resultado de uma interação rica de elementos individuais que apenas respondem à informação limitada que cada um apresenta (Cilliers, 1998).

O pressuposto central da teoria dos sistemas complexos é compreender os sistemas como abertos e auto-organizados, em que as operações efetuadas são utilizadas pelo sistema para produzir as estruturas, considerando ainda que também são autopoiéticos ou auto referenciais na medida em que determinam qual a informação do ambiente que pode entrar no sistema mantendo a sua identidade (Curvello & Scroferneker, 2008; Ferreira, 2011).

Segundo Caves e Melo (2017) as formas de pensar e de conduzir intervenções precisam de ser congruentes com a natureza dos sistemas que procuram influenciar, precisa-se de pensamento complexo para sistemas complexos. É necessário conhecer como podemos organizar, pensar e atuar em relação à mudança em sistemas complexos.

Há pois que olhar para a mudança emergente, que se opera a partir da aprendizagem pela experiência, olhar para a mudança transformativa, que se opera a partir das crises e olhar para a mudança projetável, que tende a ser mais bem sucedida quando os problemas, as necessidades e as possibilidades são mais visíveis e se encontram sob condições e relações estáveis (Reeler, 2007).

À complexidade responde-se com complexidade, a chamada lei da variedade requerida, em que para um sistema não ser absorvido pela complexidade do ambiente, deverá possuir um regulador com suficiente complexidade capaz de transformar a complexidade do ambiente em complexidade organizada (Ashby, 1956, citado por Ferreira, 2011). A partir desta perspectiva, é essencial uma estrutura de referência, uma forma de compreender como é que as coisas são, como é que funcionam e o que é que tem de ser feito para que funcionem. A teoria da complexidade pode ajudar-nos precisamente a compreender como é que as transformações acontecem e como é que nos podemos envolver para fazer acontecer (Byrne, 2005).

2. A Família como sistema e as Famílias Multidesafiadas

A família é um espaço privilegiado onde ocorrem dimensões significativas de interação, é fonte de vivência de relações afetivas profundas, mas é também a célula base da sociedade enquanto grupo institucionalizado (Alarcão, 2000). É considerada como um sistema, um conjunto de elementos em interação dinâmica e organizada em torno de uma finalidade e que, no seu processo de interação, passam por várias etapas do ciclo vital (Carter & McGoldrick, 1989). Assim, poder-se-á dizer que as famílias são compostas por indivíduos que interagem entre si em diferentes níveis num sistema sócio-ecológico (Benzies & Mychasiuk, 2008).

Sendo considerada um sistema, a família é composta por objetos, com atributos específicos, integra subsistemas e relaciona-se, de forma hierarquicamente organizada, com outros sistemas ou supra-sistemas (Alarcão, 2000).

A interação que a família estabelece com o meio faz dela um sistema aberto, uma vez que recebe do meio um conjunto de influências, influenciando-o simultaneamente. Mas a esta abertura ao exterior, sucedem momentos de fechamento (Alarcão, 2000). Ou seja, como referem Sousa e Ribeiro (Sousa & Ribeiro, 2005) “os sistemas não são comandados do exterior, pois a troca comunicacional (abertura informacional) é acompanhada por autonomia organizativa (fecho operacional).” Neste olhar está inscrito o conceito de autopoiese de Maturana e Varela (1997, citado por Sousa & Ribeiro, 2005).

Neste sentido, a família é um sistema autopoietico na medida em que aceita uma multiplicidade de transformações estruturais, mas mantendo a sua organização. É quando a

família sente ameaçada a sua organização que se acentuam as dificuldades em relação às crises, surgindo os pedidos de intervenção. Mas este novo paradigma, a emergência da 2ª cibernética, trouxe implicações práticas excepcionais, permitindo compreender as razões pelas quais as famílias não aceitam todas as propostas de intervenção que lhes são feitas, mesmo que para o interventor as mesmas pareçam as adequadas à sua evolução (Martínez, 2003).

Olhar para a família exige que tenhamos lentes para ver a sua estrutura (dimensão espacial) assim como o seu desenvolvimento (dimensão temporal) ao longo do seu ciclo de vida. É neste trajeto que as famílias se confrontam com crises normativas, específicas das várias etapas do ciclo vital, mas que podem também confrontar-se com condições adversas, contextos e momentos verdadeiramente stressantes que não conseguem gerir adequadamente, alterando ciclicamente fases de bem-estar e fases de crise (Martínez, 2003).

A literatura e investigação sobre famílias em contexto de pobreza têm enfatizado os défices, a descrição dos problemas e os modos de disfuncionamento familiar, sendo descritas como disfuncionais e desorganizadas (Sousa & Ribeiro, 2005). Apresenta-nos uma diversidade de olhares no que respeita ao conceito de famílias em contexto de pobreza e suas características. Minuchin e colaboradores (1967, citado por Martínez, 2003) descrevem o funcionamento das famílias a nível comunicacional, estrutural e afetivo, tendo concluído não existir uma tipologia de organização familiar específica da cultura de pobreza, destruindo o mito de que a pobreza era sempre sinónimo de desorganização (1967, citado por Martínez, 2003).

Cancrini sintetiza os contributos de outros autores para a definição de famílias em contexto de pobreza tendo como enfoque a estrutura do grupo e as modalidades relacionais com o ambiente social circundante: as famílias isoladas (Powel, Monahan, 1969) para realçar o isolamento que se opera nestes núcleos familiares (incluindo a família extensa), com ausência de apoio nas fases críticas da vida familiar, independentemente da classe social a que pertencem; famílias excluídas (Thiorny, 1976), em que se destaca a separação entre as famílias e o contexto parental, institucional e social, independentemente da classe social a que pertencem; famílias suborganizadas (Aponte, 1976; 1981) cujo enfoque é dado às características disfuncionais, do ponto de vista da estrutura, devido à falta de

consistência dos papéis essencialmente ao nível do subsistema parental e famílias associadas (Voiland, 1962) em que se destacam os aspetos relacionados com o desenvolvimento de comportamentos desviantes de carácter social. Com estes contributos estabeleceu como características que definem as famílias multiproblemáticas a presença simultânea em pelo menos dois membros da família de comportamentos problemáticos estruturados, estáveis no tempo e bastante graves (com necessidade de intervenção externa); insuficiência grave, por parte sobretudo dos pais, em assegurar o desenvolvimento de atividades funcionais e expressivas que conduzam a um desenvolvimento correto da vida familiar, labilidade dos limites, próprios de um sistema caracterizado pela presença de profissionais e de outras figuras externas que substituem os elementos incapazes; relação crónica de dependência da família em relação aos serviços e desenvolvimento de algumas características não usuais de comportamentos sintomáticos nos pacientes identificados neste tipo de processo (1995, citado por Martínez, 2003).

Mais recentemente, estas famílias têm sido designadas como multidesafiadas, tendo por base os múltiplos desafios que enfrentam ao longo do seu percurso de vida. A sua descrição assenta, portanto, em dois vetores: (1) nas fraquezas e vulnerabilidades, com ênfase nos recursos necessários para as ultrapassar e (2) nas forças e competências familiares, salientando a importância de as reforçar e promover (Melo, 2011). Melo e Alarcão (2011) definem as famílias multidesafiadas como aquelas que: a) viveram ou vivem em condições de vida adversas, experienciando uma exposição prolongada, embora não necessariamente aguda a ambientes stressantes ou, por outro lado, experienciaram circunstâncias de vida duras, durante períodos de tempo curtos mas com uma exposição a *stress* muito intenso; b) que lidaram ou lidam com múltiplos desafios ou múltiplos stressores em simultâneo, frequentemente em paralelo com crises normativas.

3. Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP

Os Serviços de Apoio à Família apresentam-se na literatura com um percurso e história consideráveis. Abrangem um leque diversificado em termos de objeto de intervenção que vai desde o combate à estigmatização e pobreza, até aos cuidados proporcionados às crianças. No âmbito da promoção e proteção da criança as intervenções integram as perspetivas ecológicas (Bronfenbrenner, 1979), considerando diversos níveis de influências contextuais que interagem entre si, nos seus percursos desenvolvimentais.

Nas últimas décadas a investigação na área dos serviços de apoio à família tem tido um enfoque na avaliação, resultados e eficácia destes serviços (Manalo & Mezzan, 2000; McCroskey & Meezan, 1998; Statham, 2000; Racino, 1998, citado por Alves, 2011). As famílias em contexto de pobreza são no entanto diferentes, apresentando diferentes necessidades, pelo que é importante distinguir e disponibilizar às comunidades distintas modalidades de intervenção, com diferentes formatos e intensidade, organizando-as num contínuo, em função do risco a que as crianças e as famílias estão expostas (Melo & Alarcão, 2009).

A literatura sugere quatro modelos de intervenção familiar, que explicam explicitamente o problema da pobreza: a abordagem centrada na família, o modelo multinível de sistemas sociais, “Just Therapy” e a terapia familiar comunitária (Frankel & Frankel, 2006). Na abordagem centrada na família o profissional é identificado como o catalisador da mudança, ajudando os membros da família a reconhecer padrões disfuncionais e a explorar novas maneiras de se relacionar. As famílias são empoderadas enfatizando as suas forças, mas os conflitos também podem ser identificados, na medida em que os padrões seguros de resposta ao stress estão desenvolvidos (1998, Minuchin, citado por Frankel & Frankel, 2006). O modelo multinível dos sistemas sociais tem enfoque no funcionamento interno da família, enquanto incorpora uma visão que considera a família num contexto alargado de sistemas e conceptualiza a mudança nos múltiplos níveis da ecologia da família. Nesta perspetiva, sugere que a pobreza seja avaliada no indivíduo, na família e níveis alargados do sistema (1993, Vosler & Nair, citado por Frankel & Frankel, 2006). Na “Just Therapy”, o foco é uma abordagem única que respeite tanto o conhecimento local quanto a ciência social convencional, enquanto se coloca a cultura, o género e o status socioeconómico no centro de todas as atividades. Integra conceitos políticos e conceitos clínicos, identificando os problemas como sintomas de injustiça, permitindo dar um novo significado aos problemas que normalmente são vistos exclusivamente em termos das fraquezas individuais. A terapia familiar comunitária visa libertar as pessoas da pobreza, melhorar as conexões com os recursos necessitados, promover a auto-suficiência e desenvolvimento de habilidades, mediante planos individualizados de desenvolvimento, assim como promover o altruísmo (2004, Rojano, citado por Frankel & Frankel, 2006). Esta intervenção inclui uma avaliação que procura quantificar os problemas e os pontos fortes através de uma série de instrumentos que

proporcionam organização prática e classificação de acordo com os seguintes objetivos: desenvolvimento de uma análise que leva à ação e autodesenvolvimento; desenvolvimento de uma rede de apoio comunitário eficaz; e desenvolvimento de liderança (2004, Rojano, citado por Frankel & Frankel, 2006).

Vários tipos de intervenções centradas em famílias com crianças e jovens em perigo ou risco têm vindo a ser estudadas, tais como diferentes correntes de terapia familiar, programas de intervenção intensiva para a preservação da família, gestão de casos, programas compreensivos e multimodais, programas de treino de competências parentais ou intervenções de suporte social. As intervenções diferem na medida em que se baseiam em protocolos de intervenção estruturados, mais comuns nas abordagens de cariz comportamental, ou em linhas orientadoras que permitam desenhar planos de intervenção específicos para cada família, sendo estes mais frequentes nas abordagens compreensivas, terapia familiar e programas de intervenção no domicílio (Melo & Alarcão, 2009).

Segundo Melo e Alarcão (2009) as intervenções terapêuticas multifamiliares (com origem na saúde mental) têm sido adaptadas a outros contextos e proliferado sob a forma de intervenções psicoeducativas familiares em grupo. Os programas de educação parental e treino de competências parentais ou familiares partilham muitos dos princípios da terapia multifamiliar no ensino e treino de competências, na partilha de experiências e no suporte emocional e social. Por seu turno, os programas de suporte social e de gestão de casos focam-se na aquisição e gestão de recursos.

Nos últimos anos a intervenção familiar não se tem restringido apenas à família, reforçando-se o seu envolvimento cívico, apostando no desenvolvimento das suas capacidades de liderança e aliança com sistemas mais fortes que a possam apoiar, mas também intervenções resultantes de parcerias comunitárias em que as famílias são implicadas, num processo de corresponsabilização, desde a avaliação de necessidades, à planificação e implementação de atividades que permitam promover o bem-estar dos elementos da família (Doherty & Beaton, 2000 citado por Melo & Alarcão, 2009).

Os Centros de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP) constituem, na realidade portuguesa, uma tipologia recente de serviços de apoio à família dirigidos a crianças e jovens em situação de risco e suas famílias. Os CAFAP foram criados em

Portugal, em 2006, pela Direção Geral da Segurança Social, da Família e da Criança (designada por DGSSFC) e definidos como uma “resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionado para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares” (Direção Geral da Segurança Social, 2006).

Foram definidos como objetivos dos CAFAP promover o estudo e a avaliação de famílias em risco; prevenir a institucionalização; assegurar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das crianças e jovens; contribuir para a autonomia da família, reforçando as competências pessoais dos diferentes membros do sistema familiar e promovendo a mediação entre a família e os serviços envolvidos de forma a potenciar contactos e promover a solução das dificuldades (Direção Geral da Segurança Social, 2006).

Melo e Alarcão (2009) defendem que os CAFAP poderiam apresentar-se como um recurso importante de apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, aos Tribunais e a outros serviços, constituindo-se como entidades de suporte, quer ao nível da avaliação, quer em termos de acompanhamento e execução das Medidas de Promoção e Proteção em Meio Natural de Vida. Nessa perspetiva assumem como importante a uniformização de algumas práticas ao nível da avaliação e intervenção, com uma avaliação mais consistente da sua eficácia argumentando que, se por um lado os serviços têm autonomia para se organizarem da forma que o entenderem, indo ao encontro das necessidades das famílias que abrangem, por outro lado corre-se o risco do subaproveitamento deste recurso, ao assumir funções complementares a outras respostas sociais já existentes por falta de sistematização, consistência, continuidade das intervenções e adequada avaliação.

É com este enquadramento que Melo e Alarcão (2009) apresentam uma proposta de modelo global de organização para os CAFAP em termos de definição de objetivos, população-alvo, níveis e modalidades de intervenção. Defendem uma abordagem centrada na família, com uma grelha de leitura sistémica, argumentando que com base na perspetiva sistémica diminui-se o risco de se desenvolverem intervenções segmentadas, realizadas por diferentes profissionais, que subvalorizam o carácter holístico e coerência do funcionamento

humano e de família, resultando num somatório de intervenções e de ações que nunca se cruzam verdadeiramente.

As autoras defendem que os CAFAP podem assegurar serviços de qualidade, com enquadramento teórico, privilegiando, em termos de intervenção, situações que, pela sua complexidade, não encontrem facilmente resposta noutras instituições e que exijam uma atenção especializada. Assim, Melo e Alarcão (2009) propõem que os CAFAP se assumam como serviços orientados para a família mantendo presente as necessidades de segurança e bem-estar da criança e do jovem; se orientem por modelos ecológicos-desenvolvimentais e sistémicos e valorizem modelos de resiliência de forma a centrarem-se na forças e no reforço de competências relacionais e individuais necessárias para a construção do bem-estar das crianças e jovens, no presente e futuro; privilegiem a construção de relações de colaboração com as famílias promotoras de autonomia e “empowerment”; promovam a articulação e colaboração com a comunidade e com as instituições comunitárias.

Em 2013 os CAFAP foram regulamentados através da Portaria nº 139/2013 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (*vide* Anexo), partindo da premissa “que a família, enquanto estrutura de cidadania plena, se caracteriza atualmente por uma diversidade de composição, estrutura e dinâmicas, em que os aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental assumem especial importância, tornou-se necessário responder às vulnerabilidades daí decorrentes com mecanismos especializados de apoio à família. Assim, é reconhecida a necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, o que se reveste de particular importância também à luz do sistema de proteção de crianças e jovens e da promoção dos seus direitos”(p. 1942).

Um CAFAP tem como objetivos:

- “a) Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- b) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- c) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- d) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- e) Potenciar a melhoria das interações familiares;
- f) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;

- g) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- h) Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- i) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso.” (p. 1942)

O CAFAP tendo em vista a qualificação familiar, pode desenvolver diferentes níveis de intervenção, podendo integrar três modalidades distintas: Preservação familiar, Reunificação familiar e Ponto de encontro familiar.

O enfoque deste trabalho de investigação incide nas modalidades de Preservação Familiar e Reunificação Familiar. De acordo com a referida Portaria entende-se que a Preservação Familiar “visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida”, enquanto que a Reunificação Familiar “visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário” (p. 1943).

3.1 Avaliação familiar, Intervenção com a família, Mudança da família

Nos últimos anos o trabalho desenvolvido no âmbito da Promoção e Proteção de crianças e jovens tem sido fortemente influenciado pela mediatização de situações de maus tratos graves infligidos a crianças. Nesse âmbito surgem algumas fragilidades associadas à atuação dos interventores que se relacionam com a sua falta de preparação, falta de procedimentos de avaliação cientificamente sustentados, desconhecimento de fatores de risco identificados na literatura de especialidade e insuficiente capacidade de reflexão crítica (Melo & Alarcão, 2009).

Em Portugal escasseiam protocolos de avaliação compreensiva devidamente avaliados e validados, bem como modelos com racionais teóricos integradores que orientem os profissionais na condução de uma avaliação com o mesmo teor, e que facilitem a construção de hipóteses compreensivas de caso que respeitem o carácter multidimensional e multideterminado de muitas situações de risco psicossocial ou de perigo (Melo & Alarcão, 2011)

Noutros países, alguns modelos de avaliação cumprem, entre outras, as funções de ajudar o profissional a considerar um conjunto diversificado de factores em função de uma compreensão ecológica das necessidades das crianças, como é o caso do Framework for

the Assessment of Children in Need and Their Families implementado pelas autoridades locais em Inglaterra no ano 2001 (Millar & Corby, 2006). No entanto, muitos dos modelos disponíveis não prescrevem um racional teórico que permita elaborar hipóteses compreensivas integradoras relativas aos processos que podem estar implicados na manutenção das vulnerabilidades identificadas ou na ativação das forças e de processos de mudança familiares.

Na Portaria que regulamenta os CAFAP é defendida uma intervenção centrada na família e na criança ou jovem, dando primazia aos princípios da promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem, a intervenção sistémica, a valorização das competências parentais, a autonomia das famílias, a participação e corresponsabilização das famílias, a colaboração entre profissionais, a intervenção mínima, privacidade e a obrigatoriedade da informação.

Encontra-se igualmente consagrado que o modelo de intervenção deve basear-se na avaliação familiar e na situação de risco psicossocial das famílias, privilegiando-se uma abordagem sistémica, intensiva e dinâmica por forma a permitir um conhecimento e uma visão global da estrutura e da dinâmica familiar. Encontram-se contempladas como fases da intervenção a avaliação da situação familiar, em que se procede à recolha e atualização da informação e se analisa os fatores de proteção e de risco das famílias, bem como as suas dinâmicas familiares; a Intervenção, com a elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF) e respetivo Acordo Familiar; o desenvolvimento e acompanhamento do PIAF e o termo da intervenção, com avaliação final do mesmo.

Segundo Alves (2011) a importância da avaliação das necessidades como base do trabalho nesta área é neste momento reconhecida, não só tendo em conta que esta é essencial à avaliação do risco, mas também considerando que é essencial uma avaliação sistemática, para que a intervenção do profissional não seja apenas idiossincrática ou baseada naquilo que a instituição tem para oferecer, mas sim nas necessidades das famílias.

O trabalho avaliativo deve constituir-se como um espaço e um tempo de reflexão para os profissionais e para a própria família. A avaliação tem de estar cientificamente suportada pela investigação e enquadrada pelos valores e práticas que uma sociedade define. Neste prisma, Melo e Alarcão (2011) apresentam uma proposta de avaliação composta por cinco níveis que se podem complementar nos diferentes momentos da intervenção, a triagem da sinalização ou denúncia (1º nível); a avaliação da segurança

imediate e a avaliação do tipo e foco das necessidades (2º nível); a avaliação da (re)emergência do perigo (focada na predição) (3º nível); avaliação do risco de (re)emergência do perigo (focada na gestão e compreensão), avaliação compreensiva e avaliação do potencial de mudança (4º nível); avaliação do processo e resultado do projecto de suporte para a mudança, avaliação do processo e resultado do projecto de intervenção, confirmação de indicadores ou re-avaliação (5º nível).

Melo e Alarcão (2011) defendem que, no âmbito de uma intervenção protetiva, o processo avaliativo deve dar resposta a questões de avaliação do potencial de mudança da família. Entendem o potencial de mudança como a “capacidade da família promover dinâmicas familiares que potenciem o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança, alteradas que possam ser algumas das condições sócio-familiares adversas com que se confronta bem como aos significados que atribui aos vários riscos a que estão sujeitos os seus elementos mais jovens (p. 71)”.

Muito embora a investigação nesta área seja escassa, a literatura tem chamado a atenção para algumas dimensões importantes a considerar na avaliação do potencial de mudança das famílias, propondo alguns indicadores: capacidade dos prestadores de cuidados de empatizarem com a criança e de colocarem as necessidades desta acima das suas; capacidade de reflexão; desconforto com o problema; reconhecimento do contributo pessoal dos prestadores de cuidados para o problema e para as soluções; capacidade de envolvimento da família na experimentação de comportamentos, pensamentos e emoções alternativas, sugerindo alguns procedimentos de suporte a esta avaliação, com simulações de situações práticas (Carr, 2006; Cirillo & DiBlasio, 1992; Fitzpatrick, 1995; Horwath & Morrison, 2001; Righthand et al., 2003, citado por Melo & Alarcão, 2011), grau de corresponsabilização no seu processo de mudança. A avaliação do potencial de mudança permite que se decida por um projecto de intervenção familiar, com seleção das estratégias mais adequadas ou por medidas alternativas que permitam salvaguardar a segurança e o bem-estar da criança no quadro da promoção e proteção (Melo & Alarcão, 2011).

No que respeita à Intervenção com a família, está previsto na Portaria que o CAFAP possa desenvolver ações focalizadas na família, podendo englobar ações de formação parental e apoio psicopedagógico e social. A Formação parental tem como objetivo o reforço e a aquisição de competências para o exercício das responsabilidades parentais,

dotar as famílias das competências e dos recursos necessários a uma melhor dinâmica familiar em termos físico, afetivo, relacional, comunitário e de organização familiar, assim como reforçar o sistema social de apoio. Por sua vez, o apoio psicopedagógico e social promove a autonomia e a resiliência das famílias, através de ações que promovam a autoestima e a construção de interações positivas entre os elementos da família; o reforço das competências parentais; a mediação entre os elementos da família, facilitando a comunicação e a solução de dificuldades, promovendo um clima de consenso e responsabilidade; o desenvolvimento de estratégias de comunicação intrafamiliar; a adaptação a novas formas de organização da vida diária; a informação e aconselhamento na resolução de situações complexas e na tomada de decisões e informação sobre os serviços da comunidade, os recursos existentes e formas de acesso; potenciem o estabelecimento de relações positivas, fomentando a participação das famílias em atividades de formação, culturais e de lazer.

A avaliação final da intervenção constitui a última fase do processo contemplada na Portaria “pressupõe o conhecimento dos resultados alcançados por cada família, o grau de concretização do PIAF e o impacto da intervenção no desenvolvimento das competências parentais, pessoais e sociais das famílias” (p. 1945).

Nas diferentes dimensões – avaliação, intervenção e mudança – os CAFAP utilizam diferentes abordagens, quadros conceptuais e quadros teóricos, com metodologias e técnicas específicas. Constituem-se como uma resposta de avaliação e intervenção centrada na família, multissistémica, que se foca no funcionamento intrafamiliar e na sua ligação com o meio e com os sistemas em que se insere, com os quais estabelece relações que podem ser mais ou menos facilitadoras do desenvolvimento e adaptação da família e dos seus elementos, particularmente das crianças e dos jovens sendo imperioso conhecer essas práticas.

4. Estrutura relacional para o pensamento complexo CAFAP-Técnico Interventor-Família

Caves e Melo (2017) defendem a visão de mundo relacional, como uma forma de construir modelos de sistemas complexos através de relações essenciais que a sustentem e que estejam implicadas na mudança. Numa visão de mundo relacional todas as

componentes existem em relação umas às outras, isto é, estão relacionadas (Whitehead, 1964, citado por Caves & Melo, 2017). Qualquer identidade é definida em relacionamento com outra conferindo-lhe uma identidade diferente ou acrescentando-lhe uma nova perspectiva. Todas as visões relativas a qualquer entidade são, portanto, relativas à escolha da posição de um observador, e as propriedades realçadas mudarão de acordo com a posição particular adotada (Goguen e Varela, 1979, citado por Caves, & Melo, 2017).

No âmbito desta perspectiva, enquanto na cibernética de primeira ordem a família era considerada uma *realidade objectivável* e o observador (Técnico Interventor) uma entidade neutra, capaz de induzir a mudança necessária de forma a que o sistema pudesse retomar um desenvolvimento a partir do ponto em que a crise impôs a paragem, com a introdução da cibernética de segunda ordem fala-se de observado e observador, e o que resulta da observação faz parte de uma construção da interação recursiva existente entre estes dois elementos (Alarcão, 2000).

Assim, e tal como se tem vindo a defender através das perspectivas sistémicas, todas as famílias possuem competências e recursos, o que nos leva a olhar para o conceito de famílias multidesafiadas e conseqüentemente a posicionar-nos na mudança de perspectivas do conteúdo para o processo, do problema para a solução, do défice para a força e do risco para a oportunidade. O conceito de desafio sublinha que todos os obstáculos convidam à reorganização e ao crescimento (Walsh, 1998). Por seu turno Guerra (2006) defende que num contexto complexo deve deslocar-se a atenção do paradigma da «resolução dos problemas» para a atenção aos problemas dos processos de interacção múltipla, aceitando que os problemas são uma «construção social» permanente num contexto complexo, de grande incerteza, cuja «orientação» pertence a um colectivo de atores em interacção.

Caves e Melo (2017) ao desenvolverem o mundo relacional e o pensamento relacional recursivo oferecem um quadro relacional para o pensamento complexo sobre sistemas complexos. Precisamos de um modelo capaz de nos informar sobre qual é o número mínimo de componentes necessárias para descrever e explorar a mudança num sistema complexo bem como as relações essenciais entre eles. A seleção dos componentes centrais cresceram em modelos sistémicos e ecológicos que chamam a atenção aos processos de causalidade mútua e co-evolução em sistemas vivos (Bateson 1972; Capra

1990; Macy 1991, citado por Caves & Melo, 2017), realçando o papel ativo do observador em moldar a realidade que procura.

Caves e Melo (2017) desenvolveram uma estrutura relacional (ou meta-modelo) para pensar na mudança nos sistemas complexos usando a jardinagem como um exemplo. Jogaram com os recursos que definem muitos sistemas complexos, aplicando uma estrutura de pensamento complexo para uma visão relacional de jardinagem como uma intervenção num sistema complexo. A jardinagem é explorada como um exemplo de uma atividade que é familiar e que nos dá um “setting” adequado sobre quais os componentes a considerar nos sistemas complexos, como é que interagem, de que forma influenciam e são influenciados e quais os resultados obtidos.

O meta-modelo foi construído para compreender a mudança nos sistemas complexos, entendendo-se por mudança a transformação de um estadio para outro estadio no tempo, tendo sido estabelecido como ponto de partida para explorar a jardinagem a comparação entre o estadio do jardim atual com o do jardim futuro. Configuraram a base relacional para a construção do mundo modelo para a jardinagem através de um núcleo relacional constituído pela tríade do ambiente, jardineiro e jardim (mais genericamente o ambiente/o interventor/o sistema). É com base neste constructo que vamos desenvolver a essência da nossa investigação, tendo sido escolhido como núcleo relacional a tríade CAFAP – Técnico interventor – Família enquanto sistemas complexos. À medida que vamos desenvolvendo os conceitos-chave defendidos na literatura, os mesmos surgem em forma de aplicação no núcleo relacional configurado para este trabalho de investigação, a tríade supra-mencionada CAFAP-Técnico Interventor-Família.

Caves e Melo (2017) defenderam três elementos-chave a considerar na intervenção com sistemas complexos: as *Escalas temporais* – é importante saber quando é o tempo certo para uma ação particular ou prática. A chave destas intervenções com múltiplas escalas temporais é a forma como em cada uma são acopladas: práticas em cada nível apoiam ou facilitam ações em outros níveis; a *História* – A Família, o CAFAP e o Técnico Interventor têm uma história que tem que ser considerada na relação com outra “relação”/elemento. Estas histórias têm impacto na forma como os elementos estão acoplados. Outro elemento-chave são as características da Família - Quais os elementos presentes, qual a sua diversidade, como é que se conectam, que estruturas existem, o que é

que foi utilizado para? A estrutura da própria família cria restrições (Varela e Maturana, 1992, citado por Caves & Melo, 2017) dependendo do tipo de mudança que se procura e dos recursos que suportam a transformação alcançada. O Técnico Interventor precisa de pensar que tipo de mudança se pretende alcançar. Diferentes Famílias apresentam diferentes tipos de complexidade. Outra expressão da complexidade que tem que ser considerada é o nível em que a Família muda e como é que muda através do tempo – complexidade dinâmica.

Quando pensamos na gestão das relações num sistema complexo, precisamos necessariamente de pensar num processo dinâmico, que se desenvolve através do tempo e através de algum grau de mudança. A gestão da complexidade é acerca da gestão das relações que subjazem ou expressam mudança, tanto no âmbito do sistema como no que diz respeito ao seu acoplamento com o ambiente.

Focando nas relações internas dentro da família, constata-se que muitas vezes os interventores ficam frustrados com o fracasso alcançado com certo tipo ou nível de mudança e frequentemente ouvimos relatos de mudanças não intencionais e imprevisíveis. Em algumas ocasiões deparam-se com uma incompatibilidade entre o tipo e o nível de mudança desejado e o tipo e o nível de mudança alcançado. Também pode estar relacionado com uma incompatibilidade entre o nível de mudança induzida e o nível de mudança necessária, considerando a estrutura interna do sistema ou as estruturas e as dinâmicas implicadas na manutenção do tipo de problema ou solução.

Quando pensamos em família e mudança precisamos necessariamente de atender à complexidade da mudança que é visada mas também para as potenciais transições entre diferentes tipos de mudança que podem ser promulgadas como resultado da auto-organização do sistema em resposta às perturbações induzidas pela intervenção. Isto significa que embora possamos estar a trabalhar para pequenas mudanças, há uma possibilidade de inadvertidamente conduzir o sistema para um ponto de transição onde transformações mais profundas podem ocorrer levando a um tipo diferente de sistema (com diferentes estruturas e papéis). A mudança pode ter muitas formas, enquanto que em alguns casos pode ser catastrófica, com transformações qualitativas drásticas, noutros casos é mais incremental ou quantitativa (Lerner, 2001).

À medida que o Técnico Interventor explora as possibilidades da família, pode ser útil considerar a sua história, isto é, os tipos de mudanças que já experienciou. A história pode informar o Técnico Interventor sobre a responsividade (capacidade de resposta) da família e as suas preferências.

No meta-modelo que desenvolveram, Caves e Melo (2017) consideraram o jardineiro como um elemento central na Jardinagem, tendo definido como premissa basilar para a intervenção as suas capacidades. Defendem que enquanto se explora a jardinagem deve-se conceber a orientação do jardineiro ou a capacidade teórica da sistematicidade, devem ser considerados os aspetos pragmáticos bem como quais os seus recursos disponíveis. Neste sentido, o Técnico Interventor também deve ter um quadro teórico/conceptual, um modelo que lhe permita alguma compreensão do sistema Família e do seu processo organizacional e estrutural que lhe permita apreender a complexidade do sistema e as suas propriedades sistémicas – o que designamos como Capacidade Teórica para a sistematicidade.

Muitas das técnicas da jardinagem são inerentemente sistémicas e podem ser vistas como diferentes meios de moderar acoplamentos entre o jardim e o ambiente (ou numa escala diferente, uma planta e seu ambiente local dentro do jardim). Dependendo do tipo de acoplagem e moderação necessária, um diferente número de ferramentas e técnicas podem ser utilizados, podendo empregar diferentes tipos de abordagens e tecnologias.

Também o Técnico Interventor pode utilizar diferentes metodologias, técnicas específicas para intervir em vários níveis ou diferentes níveis relacionais da estrutura da Família e ferramentas variadas, tendo sido designada como a sua Capacidade Pragmática para a sistematicidade.

Quando interagem, Família e Técnico Interventor estão acoplados, quer dizer que mudam e adaptam os seus comportamentos para diferentes graus em função de cada um (Kelso, 1997, citado por Caves & Melo, 2017). A natureza do acoplamento vai influenciar a natureza das transformações que são possíveis na Família mas também o processo de mudança e, conseqüentemente, o tipo de estratégia a adotar. O grau de reciprocidade e a força do acoplamento pode afetar a escolha das estratégias para a intervenção bem como a sua eficácia. Neste prisma a Capacidade de acoplamento do Técnico Interventor vai

permitir perceber de que forma o Técnico Interventor e Família mudam em função do outro ou quão reativos são e que impacto tem no sucesso da intervenção.

Tradicionalmente as contribuições específicas de um interventor têm sido largamente ignoradas desde que assumimos que temos de ser “objetivos” ou neutros, provocando mudanças ou interferindo com o sistema sem sermos mudados. Este é o caso da concepção original de cibernética (1ª ordem). A cibernética de 2ª ordem chama atenção ao papel ativo do observador e à impossibilidade de se separar da pessoa que observa (ou com quem intervém) e que está sendo observado ou sujeito a observação (Foerster, 2007). Por outro lado, quando o interventor/observador está altamente acoplado com o sistema que visa inspecionar ou mudar, é provável que também estejam sujeitos a mudanças, sendo estas identificadas como mudanças às reações do observador/interventor (Varela & Maturana citado por Caves & Melo, 2017). Teóricos construtivistas reconheceram a singularidade das contribuições individuais do interventor no sistema para a construção da compreensão do mesmo, bem como a impossibilidade de uma posição completamente neutra (Von Glasersfeld 1984; Hoffman 1993, citado por Caves & Melo, 2017).

Nesta ótica, introduzimos o conceito de reflexividade de Caves e Melo (2017), em que parte do pressuposto que o interventor é capaz de se tornar observador de si mesmo e que lhe permite refletir sobre as suas contribuições para o acoplamento, bem como sobre o processo implicado na sua relação com o sistema. A reflexividade pode facilitar a criação de novo conhecimento sobre o sistema transformando as relações de acoplamento da Família e do Técnico Interventor em informações significativas sobre os processos que regulam ambos. A Reflexividade é assim uma componente central na posição de acoplamento do Técnico Interventor, pelo que na nossa investigação será considerada a Capacidade de Reflexividade do Técnico Interventor, permitindo-nos recolher informação de natureza variada tal como - O que é que o Técnico Interventor precisa de saber sobre o comportamento do sistema para apoiar e monitorizar a mudança ou quão consciente está o Técnico Interventor sobre a sua influência no sistema e vice-versa.

De igual modo, é ainda importante considerar a habilidade concetual do Técnico Interventor para compreender as relações ecossistémicas da família, assim como o seu grau de conhecimento sobre os recursos, ferramentas e técnicas para agir congruentemente com

o pensamento ecossistémico. A esta habilidade designámos de Capacidade Ecossistémica do Técnico Interventor.

O que define um sistema é a distinção entre o que é considerado dentro dele e fora dele. Esta distinção depende de um observador (Goguer and Varela 1979; Maturana, 1988, citado por Caves & Melo, 2017) com base em vários critérios que podem incluir física, biologia, justiça e psicologia. Alguns sistemas também se definem integrando-se nas suas próprias operações e alimentando-se dos produtos das suas próprias atividades auto-referenciais. O sistema, e tudo o que é considerado o seu ambiente, definem-se mutuamente numa relação de dependência mútua. Um sistema está conectado e incorporado dentro de outros sistemas que constituem o seu ambiente (abrangendo fatores físicos, biológicos e sociais) que, em conjunto com as suas relações, definem um ecossistema (a comunidade de organismos em relação ao meio ambiente). Nem todos os outros sistemas ou os seus elementos são igualmente importantes para todas as atividades ou existência do sistema. Haverá graus relativos de dependência e de autonomia do sistema em relação ao ambiente. Alguns terão efeitos maiores devido à sua proximidade, o seu grau de conexão ou as suas relações com outros sistemas com os quais o jardim está mais estreitamente conectado. A sua importância (grau relativo de acoplamento) é indicada pela sua resposta mútua à perturbação (Maturana e Varela, 1991, citado por Caves & Melo, 2017). O mesmo se poderá dizer sobre os elementos e o sistema que constituem o ambiente e a sua relação com o sistema.

No meta-modelo de Caves e Melo (2017) tal como o jardim tem um certo grau de acoplamento com o ambiente e vice-versa, também a relação entre jardineiro e ambiente pode ser pensada em termos similares. O grau de acoplamento de jardineiro com o ambiente pode ser particularmente importante em situações em que o jardim é fracamente responsivo com o jardineiro. Quando isto ocorre mas o jardim é altamente responsivo com o ambiente, o jardineiro pode usar abordagens que podem afetar indiretamente o jardim, perturbando o seu ambiente ou a sua relação com o mesmo. Noutras situações, quando o ambiente é fracamente responsivo para com o jardineiro existem restrições colocadas sobre o tipo de estratégias disponíveis.

Focando no núcleo relacional CAFAP-Técnico Interventor-Família, também aqui existem acoplamentos com os diferentes elementos, interessando-nos perceber de que

forma esses acoplamentos estabelecidos constroem ou potenciam o sucesso das intervenções. Este estudo vem colmatar uma lacuna na literatura, na medida em que pretende explorar esses acoplamentos, à luz da teoria dos sistemas complexos, através das perceções dos técnicos, incidindo nos fatores que possam potenciar ou constroer o sucesso na intervenção.

I. Metodologia

1. Desenho da Investigação

O presente estudo tem caráter descritivo e exploratório, utilizando uma abordagem de natureza qualitativa. Justifica-se pelo facto de ser um tema recente e se pretender explorar áreas pouco desenvolvidas, nomeadamente conhecer as práticas implementadas pelos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) ao nível da intervenção com famílias, assim como as perceções dos técnicos interventores sobre os fatores de sucesso nas intervenções.

Este trabalho situa-se no paradigma de investigação pós-positivismo, cuja premissa assenta no desafio que coloca à noção tradicional de verdade absoluta do conhecimento (Creswell, 2007), pois não conseguimos alcançar essa verdade absoluta quando estudamos o comportamento e as ações do ser humano. Posiciona-se ontologicamente no realismo crítico e epistemologicamente numa posição objetivista (Daly, 2007; Guba, & Lincoln, 1994) em que a realidade é real, mas o conhecimento que temos dela é apenas aproximado, tendo em conta as características intelectuais do investigador, assim como a natureza complexa do objeto de estudo.

Nesta investigação procurou-se captar as perceções dos técnicos interventores que pudessem ser utilizadas para explicar algumas questões que causam preocupação no que respeita ao sucesso nas intervenções com famílias e que por outro lado facultassem pistas de relações de interesse na tríade Estrutura CAFAP-Técnico Interventor-Famílias, de forma a potenciar intervenções de sucesso. A investigadora teve um papel neutro e objetivo.

1.1 Questão inicial

Quais são as percepções dos técnicos sobre as características/dimensões existentes na estrutura CAFAP, nos Técnicos interventores e nas Famílias que potenciam ou constroem o sucesso na intervenção? De que forma se relacionam?

1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

O objetivo geral desta investigação é explorar as percepções dos técnicos sobre as características/dimensões existentes na estrutura organizacional CAFAP, nas competências dos técnicos interventores e nas características das famílias que são intervencionadas que potenciem ou constroem o sucesso nas intervenções, identificando a forma como se relacionam.

Neste seguimento, os objetivos específicos deste estudo são:

- Caracterizar os CAFAP do distrito de Lisboa, com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP), ao nível das modalidades de intervenção, número de famílias protocoladas em Acordo de Cooperação, constituição das equipas e áreas geográficas abrangidas em termos de intervenção;
- Identificar os Modelos de Intervenção utilizados e/ou referenciais teóricos;
- Identificar as dimensões de avaliação utilizadas na intervenção com famílias;
- Perceber de que forma as famílias são coresponsabilizadas na avaliação das suas necessidades, na avaliação sistemática do desenvolvimento do seu PIAF (Plano Integrado de Apoio Familiar) e no termo da intervenção;
- Perceber se, na intervenção com as famílias, os CAFAP seguem todas as fases do processo plasmadas na Portaria que os regulamenta.

1.3 Mapa Conceptual

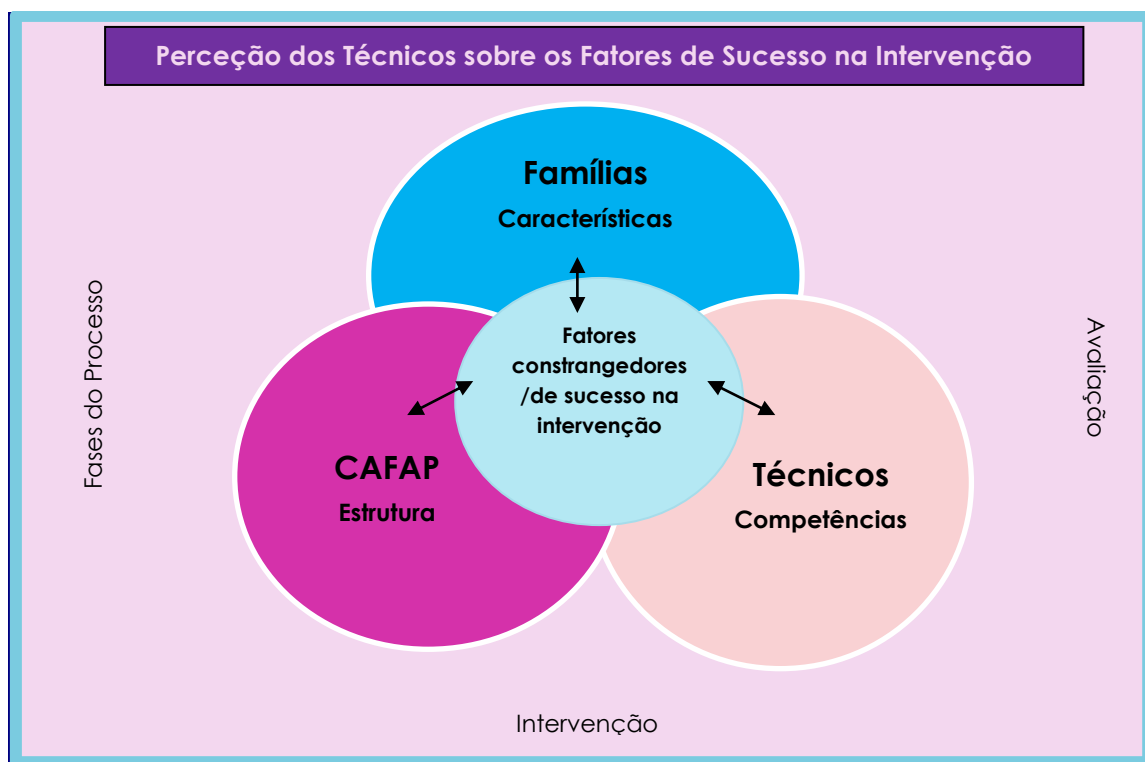


Figura 1 – Mapa Conceptual das variáveis em investigação

1.4 Questões de Investigação

Quais as percepções dos Técnicos sobre as características/dimensões da estrutura CAFAP que potenciam o sucesso na intervenção?

Quais as percepções dos Técnicos sobre as características/dimensões da estrutura CAFAP que constroem o sucesso na intervenção?

Quais as percepções dos Técnicos sobre as competências dos técnicos interventores que potenciam o sucesso na intervenção?

Quais as percepções dos Técnicos sobre as competências dos técnicos interventores que constroem o sucesso na intervenção?

Quais as percepções dos Técnicos sobre as características das famílias que potenciam o sucesso na intervenção?

Quais as percepções dos Técnicos sobre as características das famílias que constroem o sucesso na intervenção?

Quais as percepções dos Técnicos sobre a forma como co-relacionar a estrutura CAFAP, as competências dos técnicos interventores e as características das famílias com o objetivo de potenciar o sucesso na intervenção?

2. Instrumentos

2.1 Guião de entrevista semi-estruturada

Dada a natureza exploratória deste trabalho e os objetivos definidos, considerou-se como instrumento privilegiado de recolha de dados a entrevista semi-estruturada na medida em que para explorar percepções tem que se dar espaço e liberdade aos participantes para responderem de acordo com o seu sentir, evitando condicionamentos nas respostas.

Este guião (Apêndice A) apresenta-se estruturado em quatro blocos temáticos, Estrutura CAFAP, Intervenção, Competências do Técnico Interventor, Forças e Ameaças das Famílias que são orientados por objetivos específicos. Estes objetivos concretizam-se em questões que conduzem a entrevista. Tem um carácter flexível na medida em que cada questão vai seguindo o curso da “conversa” tida a dois.

2.2 Ficha Técnica Síntese

Foi elaborada uma Ficha Técnica Síntese (Apêndice B) com o objetivo de se recolherem informações relevantes e complementares no âmbito das práticas dos CAFAP. Apresenta-se estruturada pelas seguintes temáticas principais – Identificação do CAFAP, Princípios orientadores, Modalidade de Intervenção, Âmbito Geográfico, Número de Famílias abrangidas em Acordo de Cooperação, Fases do Processo, Referenciais Teóricos utilizados, Instrumentos criados/adaptados, Boas práticas e Práticas menos positivas.

3. A amostra

3.1 Condições e critérios de amostragem

Para a seleção da amostra foram definidos critérios de inclusão relevantes para o objeto em estudo tais como a) os técnicos desenvolverem atividade profissional num CAFAP do distrito de Lisboa, com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de

Segurança Social de Lisboa; b) intervirem nas modalidades – Preservação Familiar e Reunificação Familiar; c) incluir Técnicos e Diretores/Coordenadores Técnicos e d) obedecer ao critério de bom informante.

3.2 Caracterização da amostra

A amostra é não probabilística e de conveniência, foi recrutada nos CAFAP do distrito de Lisboa, com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Lisboa, do ISS, IP com intervenção nas modalidades Preservação Familiar e Reunificação Familiar.

Participaram no estudo 15 técnicos (N=15) dos quais maioritariamente do sexo feminino (14) e 1 técnico do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 26 e os 56 anos ($M = 35,46$; $DP = 7,8$). Do total da amostra 60% desempenhavam funções diretas de intervenção com as famílias e 40% desempenhavam funções de Direção/Coordenação Técnica. Ao nível da formação de base 53,3% são da área da Psicologia, 26,7% da área de Serviço Social/Política Social, 13,3% na área da Educação e 6,7% em outras áreas não especificadas. Como formação complementar 40% dos técnicos tinham mediação familiar, destacando-se uma percentagem grande dos técnicos (33,3%) que não têm formação complementar. Ao nível da experiência em CAFAP a média é de 6 anos no CAFAP em que se encontram atualmente, com variação entre menos de 1 ano de experiência até 12 anos.

Figura 2 – Caracterização Sócio-demográfica da amostra

N=15

				Nº absoluto	%	
Sexo	Feminino			14	93,3	
	Masculino			1	6,7	
Idade	Min-Max	26-56				
	Média	35,46				
	Desvio					
	Padrão	7,8				
Função que ocupa no CAFAP	Diretor/Coordenador			6	40	
	Técnico			9	60	
Formação Base	Serviço Social	Social/Política			4	26,7
	Psicologia			8	53,3	
	Educação			2	13,3	
	Outros			1	6,7	
	Com Formação Complementar	Psicologia Intervenção Crianças/Jovens			2	13,3
	Mediação Familiar			6	40	
	Terapia Familiar			1	6,7	
Sem Formação Complementar					5	33,3
Nºanos experiência CAFAP	Atual	Min-Max	<1-12			
		Média	6			
	Anterior	Min-Max	0-10			
		Média	1,6			

4. Procedimentos de seleção e de recolha de dados

Inicialmente realizou-se um pedido de autorização ao Instituto de Segurança Social, Instituto Público para realizar a dissertação de mestrado na área de intervenção dos CAFAP.

Desde o momento em que foi formalizado o pedido de autorização até à receção do deferimento houve vários momentos exploratórios com o objetivo de se recolher o máximo de informação possível para se definir concretamente a questão inicial de investigação bem como o objetivo geral e objetivos específicos da mesma. Com este intuito foram feitas reuniões de trabalho com as Equipas dos CAFAP e fez-se uma entrevista exploratória a

uma investigadora com vasta experiência profissional na área dos CAFAP e com diversas publicações científicas.

Numa perspetiva de validação da investigação realizada destaca-se a triangulação das fontes, mediante as entrevistas realizadas e a análise documental, com a aplicação da Ficha Técnica Síntese, a fontes importantes de informação dos CAFAP nomeadamente os Acordos de Cooperação, os Regulamentos Internos, os referenciais teóricos utilizados, os instrumentos elaborados/adaptados e os relatórios de atividades referente ao ano de 2016.

Destaca-se igualmente a triangulação dos participantes, mediante as entrevistas realizadas aos Técnicos e Diretores/Coordenadores Técnicos.

O processo de saturação teórica contribuiu para a definição dos 15 participantes como dimensão da amostra do estudo (Bowen, 2008; Guest, Bunce, & Johnson, 2006).

Previamente ao início de cada entrevista foram acautelados os princípios éticos, foi feita a apresentação da entrevistadora, dando espaço igualmente para a apresentação do entrevistado. Foram explicitados os objetivos da entrevista, a finalidade, duração e conteúdo da mesma, informou-se sobre o direito à não resposta e assegurou-se o esclarecimento de dúvidas que surgiram. Foi obtido o consentimento informado (Apêndice C), bem como a permissão para a gravação áudio da entrevista. Terminadas as questões, agradeceu-se pela disponibilidade e participação. As entrevistas foram gravadas em formato áudio, mediante autorização prévia, e foram destruídas após as suas transcrições.

5. Procedimentos de Análise de Dados

Este processo iniciou-se com a transcrição na íntegra das 15 entrevistas realizadas, seguindo-se a respetiva análise temática preliminar, que permitiu identificar, analisar e descrever padrões, tendo-se identificado temas gerais (Braun & Clarke, 2006).

Fez-se ainda a análise documental de fontes importantes de informação sobre os CAFAP com a Ficha Técnica Síntese, construída especificamente para este estudo, os Acordos de Cooperação, os Regulamentos Internos, os referenciais teóricos utilizados, os instrumentos elaborados/adaptados e os relatórios de atividades referentes ao ano de 2016.

Posteriormente fez-se a respetiva codificação, recorrendo a um processo abduutivo, integrando a razão e a criatividade para explicar os fenómenos em estudo (Daly, 2007). A partir deste ponto foi possível construir a árvore de categorias, constituída por categorias superiores, às quais foram agregadas categorias inferiores (Apêndice D). Para o processo de análise de dados recorreu-se ao software QRS NVivo 11.

III. Apresentação de Resultados

Para responder ao objetivo de Caracterização dos CAFAP utilizou-se a Ficha Técnica Síntese para a recolha de informações sobre as características gerais de funcionamento de cada CAFAP, não tendo sido submetidas à análise temática.

Da análise temática efetuada às entrevistas e às Fichas Técnicas Síntese de cada CAFAP resultaram 261 categorias interrelacionadas e organizadas num sistema hierárquico, com sete categorias principais: Fatores de Influência, Fases do Processo, Estrutura CAFAP, Entidades Parceiras, Técnicos Interventores, Famílias e Caminho Futuro

Os Fatores de Influência surgiram como a categoria matriz do projeto tendo em conta os objetivos inicialmente traçados, pelo que foram criadas como subcategorias os fatores *Potenciadores* e os fatores *Constrangedores*. III

Na categoria Fases do Processo identificaram-se como subcategorias: Referenciação, Critérios de Elegibilidade, Processo de Seleção, Admissão da família, avaliação da situação familiar, PIAF (Plano de Intervenção e Avaliação Familiar), Término da Intervenção. Esta categoria pretende analisar-se em conjunto com as outras para que seja mais claro identificar quais os momentos que determinadas ações podem potenciar ou constranger o sucesso das intervenções.

As categorias Estrutura CAFAP, Técnicos Interventores e Famílias constituíram-se como a tríade exploratória desta investigação, dado que se pretendia identificar as características dos Técnicos Interventores e as características das famílias que potenciam ou constroem o sucesso na intervenção.

A par das três categorias chave surgiu ainda a categoria Entidades Parceiras, um elemento-chave nas diferentes fases que constituem o processo, quer na fase inicial, de

referenciação, quer mesmo no âmbito da respetiva intervenção, podendo constituir-se como um factor de influência potenciador ou constrangedor de sucesso.

Surgiu ainda a categoria Caminho Futuro resultante das expectativas, perspectivas e sugestões apontadas pelos participantes.

De modo a enriquecer a análise e discussão dos principais resultados, apresentam-se algumas citações dos participantes¹ (cuja identificação foi alterada, de forma a garantir o seu anonimato), que ilustram o conteúdo das categorias em análise.

1. Caracterização dos CAFAP

Os CAFAP podem desenvolver a sua intervenção de acordo com as três modalidades previstas na Portaria n.º 139/2013 (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2013) no âmbito da Preservação Familiar, Reunificação Familiar e Ponto de Encontro Familiar.

De acordo com os dados recolhidos (quadro x), no universo das 970 famílias protocoladas² em Acordos de Cooperação celebrados entre os 15 CAFAP do Distrito de Lisboa e o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, a modalidade de Preservação Familiar abrange 83% das famílias, seguindo-se o Ponto de Encontro Familiar com 10% e a Reunificação Familiar com 7%.

¹ Os participantes são identificados com “P” de participante e “C” de CAFAP.

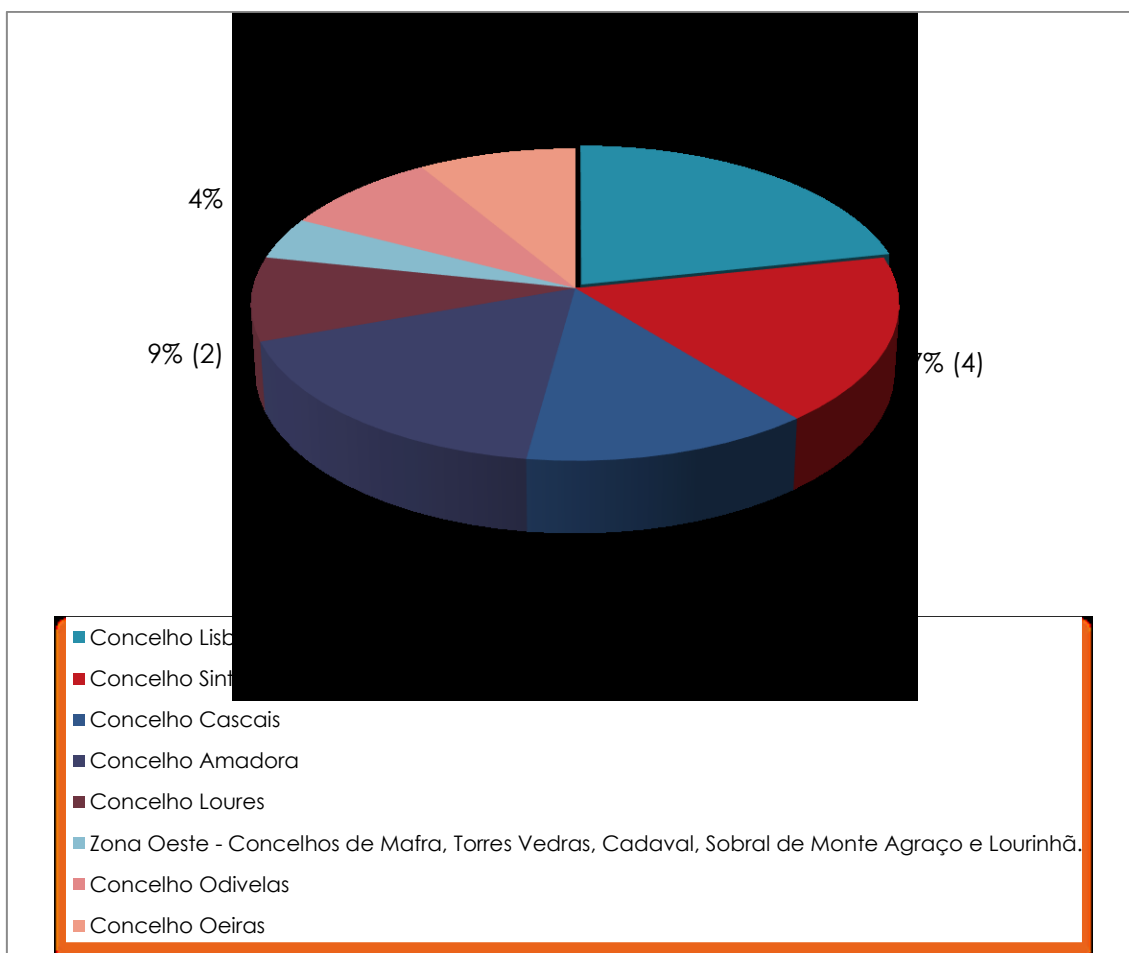
² As Famílias Protocoladas são aquelas em que a comparticipação financeira, relativamente à Intervenção, é assegurada pelo Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa através da celebração dos Acordos de Cooperação com os CAFAP.

Quadro 1 – Modalidades de Intervenção e Número de Famílias Protocoladas nos CAFAP do Distrito de Lisboa com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa

CAFAP	Modalidades de Intervenção/Nº Famílias Protocoladas			Total
	Preservação Familiar (PF)	Reunificação Familiar (RF)	Ponto Encontro Familiar (PEF)	
1	35	10	5	50
2	48	12	11	71
3	26	10	10	46
4	45	—	—	45
5	55	—	—	55
6	70	—	—	70
7	43	12	25	80
8	58	12	10	80
9	43	12	25	80
10	50	—	—	50
11	80	—	—	80
12	100	—	—	100
13	80	—	—	80
14	70	—	—	70
15	—	—	13	13
Total	803	68	99	970

A maioria dos CAFAP que desenvolvem as três modalidades de intervenção são os que têm mais anos de experiência.

No que respeita à abrangência geográfica, destaca-se com maior incidência de cobertura por parte desta resposta social o concelho de Lisboa com 22% (5 CAFAP do Distrito). Por outro lado os concelhos da Zona Oeste têm cobertura de apenas 1 CAFAP, sendo que os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira não estão abrangidos por esta tipologia de serviços (Figura 3). É importante realçar que um CAFAP pode fazer a cobertura de mais do que um concelho.

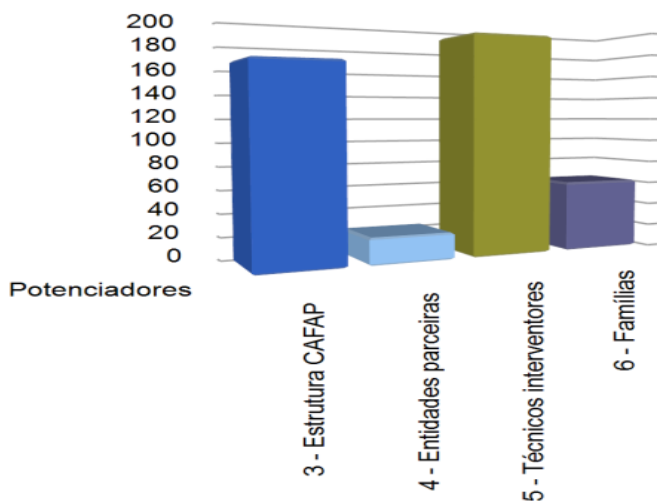


Quadro 2 – Cobertura geográfica dos CAFAP no Distrito de Lisboa

2. Fatores Potenciadores e Constrangedores de Sucesso na Intervenção com Famílias

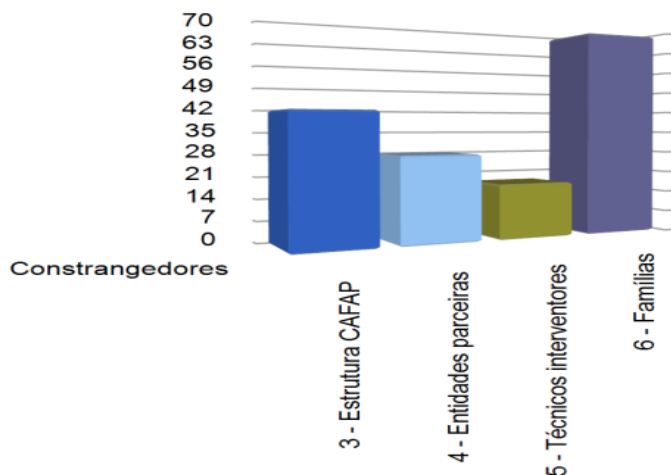
Na categoria Fatores de Influência emergiram duas subcategorias, fatores *Potenciadores* e fatores *Constrangedores*. À medida que as referências foram sendo codificadas nas diferentes categorias e subcategorias da estrutura, as mesmas também foram codificadas enquanto fatores de influência que potenciavam ou constrangiam o sucesso nas intervenções. Da análise dos dados surgiram com maior expressividade os fatores Potenciadores, representando 76% do total de referências dos participantes, enquanto os fatores Constrangedores 24% do total das referências.

Entre os Fatores Potenciadores, os aspetos mais referidos foram os *Técnicos Interventores* (43%) e a *Estrutura CAFAP* (38%), seguido de *Famílias* (14%) e *Entidades Parceiras* (5%).



Quadro 3 – Fatores Potenciadores de Sucesso na Intervenção

Surpreendentemente no que respeita aos Fatores Constrangedores de sucesso na intervenção, o mais representado são as próprias *Famílias* (44%), seguidas da *Estrutura CAFAP* (27%) e *Entidades Parceiras* (18%). A dimensão *Técnicos Interventores* (11%) surge como menos constrangedora para o sucesso na intervenção.



Quadro 4 – Fatores Constrangedores de Sucesso na Intervenção

Fatores Potenciadores de Sucesso na Intervenção com Famílias

No que se refere aos Técnicos Interventores, a subcategoria mais vezes referida como fator potenciador, as dimensões mais representadas no discurso dos participantes foram as Competências Chave (41%) e Princípios Orientadores (40%), seguido de Valores (19%).

As Competências Chave mais referidas foram a *Empatia* (12,5%), seguida do *Investimento na Qualificação* (5,9%) e da *Escuta ativa* (5,3%).

Capacidade empática, mesmo nas situações mais graves, até de negligência, sinto que as pessoas fazem aquilo que podem com aquilo que têm, sinto que tenho aprendido isso, e às vezes reconhecer a dificuldade que as pessoas têm de perceber que pode ser de outra maneira, daí a empatia é uma das qualidades que os técnicos que trabalham nesta área têm que ter(...).(P3C2)

A empatia, queremos que as famílias façam e mudem coisas que elas não estão preparadas para ou que no lugar delas é muito difícil e elas perceberem que nos colocamos no lugar delas e respeitamos o tempo delas(...).(P7C11)

Outra coisa muito importante a formação, formação especializada nesta área, quando digo flexibilidade há que permanentemente ter ferramentas de trabalho, como são famílias muito involuntárias é preciso uma pessoa reinventar o que se pode fazer.(P3C2)

(...) pessoas disponíveis para ouvir, que estejam disponíveis para os outros, que aceitem as escolhas dos seus utentes e não imponham as suas independentemente de

violar os seus valores pessoais, sentirem que os meus valores não vão interferir naquilo que são as suas escolhas.(P9C1)

A *Reflexividade* (4,6%) e o *Acreditar* (4,6%) surgem como competências-chave com alguma expressividade por parte dos participantes.

Independentemente de tudo o que vem escrito em relação aquela família, em relação ao diagnóstico que foi elaborado, vamos acreditar que esta família vai fazer diferente, acreditar que com algum apoio técnico a família consiga fazer diferente. Acreditar na capacidade de mudança das famílias. Não desistir à mínima dificuldade.(P13C9)

A *abordagem colaborativa* (12,5%), a *disponibilidade* (11,7%) e a *relação de confiança* (11,7%) surgem como os Princípios Orientadores mais referidos pelos participantes.

O modelo que nós temos de base, que é o modelo colaborativo, de nos colocarmos ao lado da família, não nos sobrepormos à família, respeitarmos a sua visão e aquilo que é importante para a sua família, as suas crenças.(P7C11)

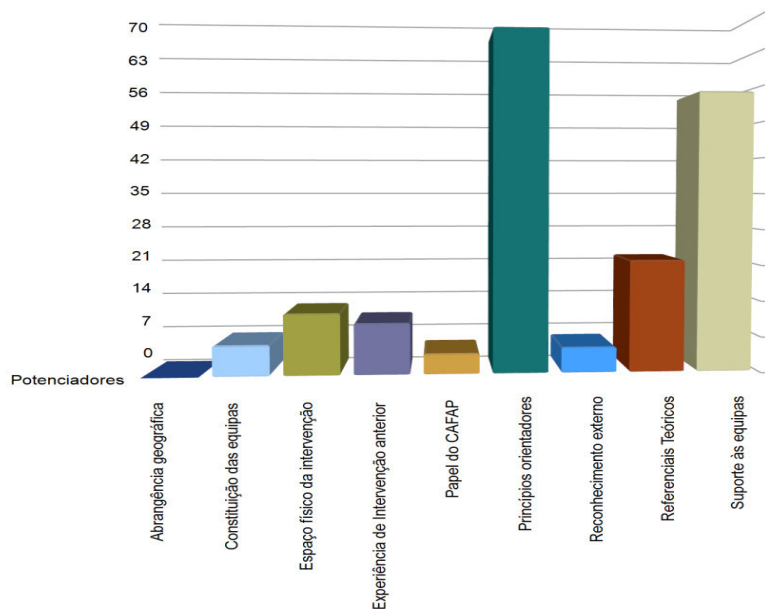
Os Técnicos têm que ser disponíveis, têm que gostar daquilo que fazem, têm que olhar para as famílias e olhar para a intervenção, não à imagem deles, mas em relação ao contexto, cultura, imagem, vivências da própria família.(P13C9)

O relacionamento com as famílias é a chave e a missão que fundamenta a nossa intervenção; mais do que a nossa capacidade de escrever, criar procedimentos, criar regulamentos, podemos ser exímias nisso tudo mas a chave está no relacionamento e na nossa capacidade empática que temos com as famílias e de fazê-las confiar em nós e a nossa missão é no fundo na prática proporcionar às famílias um apoio para que elas no âmbito da vivência que têm na altura (...) possam confiar na equipa CAFAP para que os ajude a tirar dessa situação, isso faz-se com base na confiança e a confiança cria-se com a relação.(P9C1)

A *intervenção em rede* (8,3%) , a *flexibilidade* (7,5%), o *respeito pelo tempo da família* (6,7%) e a *intervenção mínima* (5,8%) surgiram também com alguma expressividade em relação ao total das referências dos participantes a estes princípios que orientam as suas práticas.

A *transparência* (30,2%) e o *não julgar* (20,8%) foram os valores mais referidos seguidos do *respeito* (11,3%), *integridade* (9,4%), *isento de preconceitos* (9,4%) e *proximidade* (7,5%).

Na Estrutura CAFAP destacam-se como fatores potenciadores de sucesso os *Princípios Orientadores* (37%) (figura ...) e o *Suporte às Equipas* (30%).



Quadro 5 – Fatores Potenciadores de Sucesso – Estrutura CAFAP

O *Princípio da Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens* representa 15% do total das referências dos participantes (figura ...), seguido do *Respeito* (12%), *Capacitação das Famílias* (11%) e *Prevalência na Família* (9%).

(...) pensando na missão do(...) CAFAP (...) acreditar que todas as famílias têm potencialidades e mesmo aquelas que apresentam mais fragilidades, muitas vezes com alguma colaboração podem ultrapassar essas fragilidades e conseguir manter as crianças em segurança no seu seio. Identifico-me completamente com essas tónicas.(P3C2)

A filosofia é a mesma da instituição(...) o seu objetivo ou principal visão é dignificar a pessoa humana, ou seja acompanhá-la de forma a que a pessoa se sinta mais pessoa e seja mais feliz, individualmente e dentro da sua própria família e como família poder integrar os valores que podem levá-las a conseguir uma vida melhor, o seu bem estar e a proteger as crianças e os jovens que têm à sua responsabilidade.(P1C14)

(...) e sobretudo na óptica do nosso trabalho ter um entendimento em relação às famílias com aquilo que acreditamos, que tem que ver com as escolhas das pessoas, e respeitar as escolhas, não inculcar nas pessoas aquilo que é o projeto que os serviços entendem que é o adequado, mas trabalhar com as pessoas o projeto que lhes faz sentido mesmo não o fazendo para nós (...) temos que respeitar a forma de vivência das famílias. (...) e chega-se a certas famílias e pensa-se... se querem viver assim, estão bem assim, porque é que têm que viver como eu quero, não põem a criança em risco, nem em perigo, é mais uma formatação minha, tenho que largar isto e se o fizer aceitam a minha presença em casa e de outra maneira não, reconhecer que têm dificuldades numas áreas mas têm potencial noutras e devolver isso faz toda a diferença.(P9C1)

No Suporte às Equipes, os fatores mais referidos foram a *Supervisão* (23%) seguida da *Coesão da equipa* (17%).

Enquanto instituição que desenvolve resposta do CAFAP temos alguma preocupação no que, para nós é fundamental a supervisão e a coordenação, embora não esteja plasmada na portaria, nós sentimos como útil no trabalho que desenvolvemos com as famílias(...) como forma de validar as intervenções que contribuem não só para o sucesso mas também para a avaliação do próprio funcionamento e da intervenção.(P3C2)

(...) a supervisão é fundamental, que nos guia a nossa intervenção e que nos faz parar e olhar para a família e pensar, esta estratégia não está a resultar, temos que ir para outro caminho, ou dizer e pensar é mesmo este o caminho vamos continuar, é realmente uma das mais valias da nossa intervenção e o nosso CAFAP tem, é a supervisão e a regularidade com que é feita, que é semanal e às vezes até de uma forma informal diária, e por outro lado dá segurança aos técnicos...(P14C7)

(...) acho que isso temos neste momento, que seja equipa, unida e coesa que se apoie, e há alturas em que as situações mexem connosco, é a força da equipa que nos mantém, o suporte efetivo da equipa.(P7C11)

Somos uma equipa muito coesa (...) tentamo-nos apoiar uns aos outros, a arte está no conectar, estamos muito conectados uns com os outros, eu não consigo ser uma boa profissional se não tiver respeito pela minha colega, respeito pelas famílias dela, saber as necessidades dela, saber quando é preciso ela parar, nós já temos sinais quando alguém não está a aguentar mais, a outra que está mais resistente já sabe, acaba a sessão e saímos.(P11C13)

A *Formação* (11%) e a *Ativação de recursos* (11%) também assumem expressividade por parte dos participantes, seguidas do *Bem-Estar* (10%) e do *Suporte Emocional* (8%) das equipas.

Nós aqui fazemos várias formações e uma delas é a intervenção na crise, e é das formações mais importantes e a outra que é a base da intervenção na crise, que é verdadeiramente percebermos as necessidades daquele ser humano, para empatizarmos com ele e ajudar a ultrapassar as dificuldades, ajudá-lo a perceber o que teve de bom, em situações difíceis do passado como é que ultrapassou, e devolver isso para que reacredite nas suas competências para conseguir confrontar-se com uma situação no futuro e dar a volta(...).(P11C13)

A questão das respostas é fulcral, temos diversas respostas, psicologia (...) loja social, banco alimentar, a estrutura do CAFAP deve ter esta dinâmica ao ponto de satisfazer as várias necessidades que existem nas famílias, que são carenciadas e outras que precisam de ajuda a vários níveis.(P6C2)

(...) a nossa supervisão emocional é fundamental e a nossa equipa ajuda-nos imenso, precisamos de estabilidade. Precisamos de estar bem connosco próprios para podermos estar com o outro.(P5C2)

Nos fatores potenciadores de sucesso das Famílias as Características Pessoais foram as mais expressivas, representando 50% do total das referências dos participantes, seguidas da *Participação na Avaliação* (15%) e das *Características Estruturais* (13%).

O *Foco na Mudança* (20%) foi a característica mais referida, seguida do *Amor* (12%), *Disponibilidade* (12%), *Resiliência* (12%), *Valorização da Parentalidade* (12%) e *Motivação* (10%).

O facto de ser a própria família a querer a mudança, não era uma mudança imposta, mas era desejada, nós não conseguimos mudar as pessoas, nem mudar pelas pessoas, o que podemos fazer é que elas queiram por elas próprias mudar, isto é determinante na intervenção, que as pessoas queiram mudar, por uma necessidade delas ou por compreenderem que há essa necessidade e torná-la sua e mudar por isso.(P4C2)

Era um grande amor que os unia enquanto família, havia grande união e laços...(P8C11)

(...) o facto de receberem e disponibilizarem, abrirem a porta a várias pessoas, essa possibilidade de decorarem o nome de não sei quantos técnicos, de se sujeitarem a uma série de regras e imposições (...) muito exigentes tendo em conta as fragilidades que apresentam ...(P6C2)

(...) generosidade, a capacidade de olhar para o outro, há pormenores que afinal estão atentas, também conseguem empatizar mais que aquilo que imaginamos e a resiliência mete tudo, resistência à frustração, cair e levantar, cair e levantar, e levantar mais forte...(P11C13)

(...) encontramos muitas mulheres e homens muito resilientes e capazes de ultrapassar desafios que provavelmente eu não conseguia.(P8C11)

(...) mães e pais com histórias inacreditáveis de maus tratos, e negligência, e que conseguiram ser mães e pais e que querem muito essa função...(P8C11)

Nas Características Estruturais das famílias os aspetos mais referidos foram *Valores Familiares* (56%) - em que o *Amor* surge como o valor familiar mais expressivo (50%) -, e as *Funções Familiares* (33%), onde referem as *funções executivas*.

Fatores Constrangedores de Sucesso na Intervenção com Famílias

As Características funcionais aparecem como a dimensão mais expressiva (43%) das famílias, seguindo-se os *Desafios*, com 36% do total das referências dos participantes e a

Adesão à Intervenção (12%). Com um menor número de referências surgem as *Características estruturais* (3%) e *Características pessoais* (1%).

Nas Características funcionais, os *Desequilíbrios familiares* são os mais referenciados, com 55% do total das referências dos participantes, seguidos da *Economia familiar* (18%), *Rede Social de Suporte* (15%) e *História de Vida* (12%).

Problemas de saúde mental sem acompanhamento, quando são graves, alucinações, pessoas com perturbações borderline descompensados, o alcoolismo também é uma questão complicada e a toxicod dependência quando a pessoa está em fase de tratamento é mais fácil, mas quando as pessoas estão em fase de consumos é muito difícil conseguirmos alguma coisa, temos tido experiências mais difíceis com o alcoolismo, pois podem já estar tratamento mas tem havido mais recaídas ao longo do tempo e comprometem, e quando são as duas associadas é mesmo muito, muito, muito complicado.(P4C2)

Outro constrangimento é a dificuldade económica que não está resolvida para conseguirmos intervir. Como é que se consegue trabalhar outras dimensões, por exemplo alimentação saudável, trabalhar com as crianças isto são bróculos, se não têm comida para os filhos!(P2C14)

(...) depois questões económicas, quando falta o básico, como conseguimos trabalhar competências parentais quando não têm o que comer, falamos de higiene quando não têm água e luz...(P10C1)

Quem não recebeu não pode dar. As famílias com quem trabalhamos foram pessoas que tiveram histórias de vida dramáticas.(P2C14)

A própria história de vida das pessoas, a repetição de ciclos. Muitas dificuldades associadas a coisas que nunca teve, nunca presenciou, nunca sentiu.(P10C1)

Relativamente aos Desafios com que as famílias se veem confrontadas surgem com mais expressividade o facto de serem *multi-intervencionadas* (27%) e vivenciarem com frequência *situações de crise* (15%).

Com menos expressividade surgem os *bloqueios* (9%), *contextos envolventes* (9%) e *falta de motivação* (9%).

Na Estrutura CAFAP as dimensões mais referenciadas pelos participantes enquanto constrangedoras de sucesso na intervenção foram o *Papel do CAFAP* (20%), a *Constituição das Equipas* (18%) e o *Espaço Físico da Intervenção* (18%).

As Entidades Parceiras surgiram com expressividade enquanto fator constrangedor de sucesso na Intervenção, com 18% do total das referências dos participantes.

A *Articulação* (50%) foi o aspeto mais referenciado, seguida dos *Recursos* (41%) e *Definição de Papeis* (9%).

Muitas vezes temos outras instituições que nos dificultam o trabalho, mas não é por maldade. Ex. Ir à consulta de oftalmologia, comprar os óculos, e a família tinha essa capacidade de comprar os óculos (...) Nós estamos a tentar automatizar a família, e vem a instituição numa vertente de assistencialismo e dificulta o trabalho. E às vezes são as instituições que não acreditam na capacidade de autonomização das famílias.(P15C3)

(...) a falta de respostas na comunidade e estou a pensar numa situação de reunificação familiar, que a criança teve que ficar mais tempo na instituição que o desejável por falta de resposta. A mãe, sozinha (...) teve um percurso incrível na mudança de comportamentos, era uma mãe que sofreu violência doméstica e que tinha comportamentos disruptivos de álcool, aderiu ao tratamento, estava empenhada em ter a criança consigo, fez um caminho fantástico em relação ao tratamento e adesão à intervenção, mas depois temos uma mãe que tinha que pagar uma renda, trabalhava mas estava a ser explorada e fazia horários que era impossível levar e buscar a criança ao equipamento, e nós precisávamos de uma resposta na comunidade em que esta mãe pudesse deixar o filho durante o dia para poder trabalhar (...) no fundo fizemos o mais difícil e depois não conseguimos dar o salto porque não tínhamos o recurso na comunidade.(P14C7)

Os Recursos são *insuficientes* (50%) e *desajustados no tempo* (30%).

(...) a falta de recursos na comunidade, há famílias que vivem situações muito complicadas em termos económicos, nós temos uma mais valia que é o nosso protocolo com o Banco Alimentar, isso ajuda-nos imenso, porque apoiamos as famílias em alimentos e também em produtos de higiene, mas há situações que nós não conseguimos resolver, a questão habitacional por exemplo, como é que podemos exigir às famílias que dêem banho aos filhos se nem sequer têm água em casa. E temos que perceber bem isto e avaliar a questão dos recursos e dos apoios não serem em tempo útil.(P14C7)

Caminho futuro

A *qualificação da intervenção* (15%) e o *Redimensionamento das Equipas* (12%) são os aspetos mais referenciados pelos participantes quando pretendem apontar um caminho futuro.

(...) basicamente todos os CAFAP deviam olhar para todas as intervenções como se fosse um PEF, vou dar o exemplo da Preservação, aqui abordamos a família toda, vemos a família como um todo e na verdade não podemos trabalhar com toda a gente,

mas trabalhamos sempre com toda a gente, e no PEF temos que decompôr a família aos bocadinhos e vamos trabalhar cada um deles e tentar criar um puzzle e já houve casos (...) que olhámos para a preservação como se fosse um PEF, desmontámos tudo, trabalhámos cada um e voltámos a montar, e funcionou muito melhor, na verdade em termos de exigência de tempo, dedicação, dôr de cabeça, é de morrer, mas cada encaixe novo que fazemos perdura no tempo, enquanto que na preservação estamos apenas a apagar fogos, o que é aconteceu para pegar fogo, qual é a história toda para trás, as próprias estruturas da sociedade descansam quando o fogo apaga e as famílias pensam OK já não tenho aqui os bombeiros todos a olhar para mim isto já está calmo ... (P15C3)

(...) o número de técnicos tem que ser aumentado, se queremos ser eficazes nesta resposta porque senão é mais uma resposta de faz de conta. Acho que vale a pena apostar nesta resposta, é este o caminho. (P1C14)

A reflexividade (8%), a especialização (7%), a consolidação (7%) e a avaliação (7%) apresentam-se também com alguma expressividade por parte dos participantes.

Termos tempo para estar com elas, pensar nelas quando não estamos com elas, se tivéssemos mais tempo para pensar, havia coisas que não nos escapavam e temos esse tempo, na supervisão e é aí que nos apercebemos, como é que não demos conta disto porque estamos a partilhar e a falar do caso e no dia-a-dia não nos apercebemos. (P7C11)

Muito embora a *definição do papel* do CAFAP apareça com 6% do total das referências dos participantes, constitui-se como uma pista orientadora para o caminho futuro.

(...) por às vezes não se saber muito bem quais são os limites e para onde se deve caminhar, às vezes confundem-se um pouco com serviços anexos às comissões, aos tribunais e isso creio que prejudica a intervenção e o trabalho com as famílias, tira a autonomia. (P7C11)

Os *princípios orientadores* (6%) apontam a necessidade de existirem linhas orientadoras/balizadoras da Intervenção.

(...) eu hoje começo-me a questionar se as diferentes metodologias são funcionais, nas diferentes modalidades, por exemplo isto é na preservação familiar, e faz-se assim, isto é reunificação familiar, e faz-se assim e no PEF faz-se assim (...) já se defende que com famílias não há receitas, eu olho para quela família e olho para cada um deles, as famílias puzzle, vou desmontar o puzzle todo, a destruição criativa, e depois vou voltar a montar eu acho que os CAFAP têm que evoluir, até mesmo porque depois para a tutela não sei durante quanto tempo é que vai ser funcional andar a dividir CAFAP, dentro do CAFAP as várias modalidades e dizer que têm que se especializar em...se o mais exigente é o PEF e que obriga a mais especialização, eu tenho para

mim fazendo bem isso conseguimos replicar do mais difícil para o mais simples (...)(P15C3)

Os CAFAP tinham a ganhar se houvesse uma forma de trabalhar mais estruturada, com uma linha orientadora, para que as respostas dadas sejam mais idênticas e que vá dar resultados mais positivos para as famílias, esse é o nosso foco. Trabalhamos para elas e havendo uma linha mais orientada e estruturada dá aos CAFAP outra estrutura. (P6C2)

Com menor expressividade, 5% das referências dos participantes, surgem a *Identidade e o Suporte da Tutela*.

IV Discussão dos Resultados

Tendo como ponto de partida o objetivo geral traçado - explorar as percepções dos técnicos sobre as características existentes na estrutura organizacional CAFAP, nas competências dos técnicos interventores e nas características das famílias que potenciem ou constrojam o sucesso na intervenção - a discussão dos resultados será apresentada de acordo com a matriz criada, os Fatores Potenciadores e os Fatores Constrangedores.

Dos resultados obtidos, destacam-se os Fatores Potenciadores com mais expressividade por parte dos participantes, em que os aspetos mais referidos foram os Técnicos Interventores e a Estrutura CAFAP, seguidos das Famílias e Entidades Parceiras. Nos Fatores Constrangedores as Famílias surgem com maior expressividade por parte dos participantes, seguidas da Estrutura CAFAP e Entidades Parceiras, enquanto que os Técnicos Interventores surgem como menos constrangedores ao sucesso na intervenção.

Todavia, começaremos por apresentar e discutir a caracterização realizada sobre os CAFAP. Esta tipologia de serviços pode desenvolver a sua atividade em três modalidades de intervenção - a Preservação Familiar, a Reunificação familiar e o Ponto de Encontro Familiar – previstas na Portaria nº 139/13. No universo dos 15 CAFAP existentes no Distrito de Lisboa, com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (ISS, IP), das 970 famílias protocoladas, 83% estão abrangidas na modalidade Preservação Familiar, 68 famílias na Reunificação Familiar e 99 famílias no Ponto de Encontro Familiar.

Os dados apresentam que dos 15 CAFAP existentes na rede distrital, 6 CAFAP desenvolvem as três modalidades de intervenção, sendo a maioria os que têm mais anos de

experiência; 8 CAFAP desenvolvem unicamente a modalidade Preservação Familiar; a Reunificação Familiar não é desenvolvida, de forma isolada, por nenhum CAFAP, enquanto que só há 1 CAFAP que desenvolva a modalidade Ponto de Encontro Familiar de forma isolada. No discurso dos participantes, um dos constrangimentos apontados pelos mesmos foi o facto de terem muitos pedidos para desenvolverem intervenção em ponto de encontro familiar, não conseguindo dar resposta em tempo útil, existindo, por isso mesmo, situações que se encontravam a aguardar para iniciar a intervenção. O cenário atual evidencia a falta de alinhamento entre as necessidades e as respostas existente. Por outro lado, a natureza da intervenção que se espera desenvolver com as famílias no ponto de encontro familiar é muito recente, o que pode explicar o motivo pelo qual só metade do universo dos CAFAP desenvolve esta modalidade.

Outro constrangimento apontado é precisamente a abrangência geográfica dos CAFAP, verificando-se que o concelho de Lisboa destaca-se com a maior incidência de cobertura por parte desta resposta, 22%, enquanto que os concelhos da Zona Oeste têm cobertura de apenas 1 CAFAP, e os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira não estão abrangidos por esta tipologia de serviços. É importante considerar que relativamente ao concelho de Lisboa para além do recurso a estes serviços, as famílias poderem usufruir dos serviços de outras entidades, cuja área geográfica de atuação é o concelho de Lisboa. Muito embora alguns CAFAP que dão resposta ao concelho de Lisboa também dão resposta a outros concelhos limítrofes, é importante refletir-se sobre a otimização destes recursos, e alargar a sua cobertura a todo o distrito.

Na intervenção com famílias o Técnico Interventor é um elemento chave no processo. Dos dados que emergiram, as competências chaves foram as mais referidas pelos participantes enquanto fator potenciador, seguidas dos princípios orientadores e dos valores. Os resultados obtidos vão ao encontro da estrutura relacional para o pensamento complexo (Caves & Melo, 2017).

A Empatia, o Investimento na Qualificação, a Escuta ativa, a Reflexividade, o Acreditar e a Capacidade Pragmática foram as competências mais referidas pelos participantes, indo de encontro às competências descritas no jardineiro, a capacidade pragmática para a sistematicidade, a capacidade de acoplamento (competências relacionais) e a capacidade de reflexividade. A maneira de pensar e de conduzir

intervenções precisam de ser congruentes com a natureza dos sistemas que procuram influenciar, sendo necessário um pensamento complexo para sistemas complexos (Caves & Melo, 2017). Os técnicos interventores têm que primeiro pensar acerca das famílias e depois exercitar competências práticas para ajudar as famílias a mudar (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 2007).

Os princípios orientadores que tiveram mais expressividade por parte dos participantes foram a abordagem colaborativa, seguida da disponibilidade e da relação de confiança. Os dados obtidos expressam uma viragem na forma como o Técnico Interventor se posiciona no trabalho com famílias, do profissional “especialista”, detentor de poder e autoridade, com foco na resolução de problemas, para uma abordagem que procura na família um co-colaborador para ativar os seus recursos com vista à mudança. Não obstante, do discurso dos participantes resultam igualmente outros dados, algo contraditórios, uma vez que a capacitação, a valorização e o foco nas potencialidades surgem com pouca expressividade enquanto princípios orientadores potenciadores do sucesso na intervenção. Esta leitura vai ao encontro do estudo realizado em Portugal por Sousa, Ribeiro e Rodrigues (2007) cujos resultados sugerem que os profissionais são capazes de identificar forças nas famílias, mas não pensam e atuam de acordo com a abordagem centrada em pontos fortes. Estes resultados são explicados pelo facto de existir alguma ambiguidade na própria definição de forças, continuarem a manter o foco nos problemas das famílias e sentirem falta de confiança na possibilidade de melhoria de vida das mesmas.

A intervenção em rede, a flexibilidade, o respeito pelo tempo da família e a intervenção mínima surgiram também com alguma expressividade em relação ao total das referências dos participantes a estes princípios que orientam as suas práticas,. Nesta perspectiva, Mesl e Kodele (2016) (re)conduzem-nos ao problema da dispersão da ajuda dada às famílias multidesafiadas. A partir da implementação de um projecto piloto com famílias multidesafiadas na Eslovénia, resulta que o círculo vicioso de falhas pode ser quebrado através de suporte e ajuda e estabelecendo uma relação de trabalho co-criativa, envolvendo todos os participantes. Os resultados realçam o papel do técnico interventor e a relação estabelecida no início da colaboração com a família.

A transparência e o não julgar foram os valores mais referidos pelos participantes, seguidos do respeito, integridade, isento de preconceitos e proximidade. Numa abordagem

que se queira colaborativa, em que a família se constitui como co-interventora no seu próprio processo interventivo, a transparência é fulcral em todas as fases do processo, já que resulta da relação empática e de confiança que o interventor consegue estabelecer com a família no primeiro momento do contacto. É neste contexto que o respeito nasce, da consciência do valor da percepção do outro e se manifesta num comportamento de atenção ao outro, obtendo a sua colaboração (Sousa, L. & Ribeiro, 2005).

Na Estrutura CAFAP destacam-se como fatores potenciadores de sucesso os princípios orientadores e o suporte às equipas. O princípio da promoção e proteção das crianças e jovens foi o mais referido pelos participantes seguido do respeito, capacitação das famílias e Prevalência na Família. Estes princípios vão de encontro ao que se encontra plasmado na Portaria, em termos de área de atuação, na medida em que se pretende que os CAFAP assumam especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, assim como uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, tendo em conta o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar. As famílias acompanhadas pelos CAFAP são, na sua maioria, famílias multidesafiadas, em que já há uma referenciação ao sistema de promoção e proteção, existindo, em simultâneo, uma medida de promoção e proteção aplicada.

O trabalho com famílias multidesafiadas implica um desgaste sério do profissional. Trabalhar em primeira linha, num trabalho de proximidade com famílias, é uma exposição muito intensa em que o recurso fundamental do técnico interventor é ele mesmo enquanto pessoa e técnico. Cada técnico interventor só pode por em jogo os seus próprios recursos, as suas ideias, as suas capacidades, as suas emoções, a sua experiência, os seus conhecimentos e as suas aprendizagens. Mas é através da sua própria pessoa que se vão elaborando os acontecimentos que surgem no processo relacional com as famílias (Martínez, 2003). Neste sentido, é importante que as instituições tenham esta consciência e promovam condições efetivas de suporte às equipas, como o trabalho em equipa, a co-gestão dos processos e a alternância dentro das funções (tarefas de intervenção direta com as famílias com trabalho mais de gabinete). É fundamental que as equipas disponham de espaços de supervisão, espaços que permitam refletir, distanciar, repensar objetivos e

intervenções bem como expressar fracassos, desalentos, emoções. As situações de violência, pobreza e sofrimento que existem nestas famílias produzem reações emocionais intensas no profissional que trabalha com elas. Estas reações são parte integrante da intervenção, uma vez que o técnico ao integrar o sistema familiar influencia e é influenciado, podendo facilitar ou constranger a sua evolução (Martínez, 2003). Nesta perspetiva, em relação ao suporte às equipas os dados corroboram o que emerge da literatura, surgindo com mais expressividade por parte dos participantes a supervisão e a coesão da equipa, seguidas da formação, ativação de recursos, bem-estar e suporte emocional. Os participantes referem como fundamental a acessibilidade a formação, pois num cenário de intervenção em que a realidade não é estática e em que as famílias são confrontadas persistentemente com novos desafios, o técnico interventor precisa de ter ferramentas para conseguir constantemente re(inventar) a forma de intervir, (re)inventando-se ele mesmo na forma de pensar, atuar e de se relacionar com a família. Outro aspeto abordado por parte dos participantes foi a importância de a própria estrutura CAFAP poder ativar recursos vários, quer para o benefício direto das famílias, suprimindo algumas das necessidades sentidas, quer mesmo facilitando a intervenção dos técnicos, fazendo investimento em matérias, recursos físicos (e.g o facto da zona geográfica de intervenção ser dispersa e os técnicos terem que se deslocar de transportes públicos).

Os princípios da estrutura e funcionamento familiar são genéricos, mas têm características especiais quando falamos de famílias que estão no Sistema de Proteção. Do resultado das avaliações elaboradas pelos profissionais constam sempre os aspetos mais visíveis, em que as famílias multiproblemáticas pobres são descritas como disfuncionais e desorganizadas (e.g. as mães negligenciam os seus filhos, as famílias são violentas), sendo rara a referência a competências. De facto, muitas das vezes são ignorados a lealdade e o afeto que os membros das famílias sentem uns pelos outros, em que partilham um sentido de família, desvalorizando como é que são vistos aos olhos dos outros ou o quão fragmentados possam estar por vezes como resultado da intervenção a que foram sujeitos (Minuchin et al., 2007). É nesta perspetiva que se contextualizam os dados obtidos. Nos fatores potenciadores de sucesso das Famílias as características pessoais foram as mais expressivas, seguidas da participação na avaliação e das características estruturais. O foco na Mudança foi a característica mais referida, seguida do amor, disponibilidade, resiliência, valorização da parentalidade e motivação.

Nas características estruturais das famílias os aspetos mais referidos foram Valores Familiares - em que o amor surge como o valor familiar mais expressivo - e as funções familiares, onde referem as funções executivas. Nas perceções dos participantes é visível o reconhecimento das conexões e afetos existentes entre os membros do sistema familiar, levando-nos a acreditar que as intervenções são realizadas reconhecendo os laços emocionais positivos e os recursos efetivos das famílias.

Ainda nesta perspetiva, num estudo exploratório realizado em Portugal (Sousa & Ribeiro, 2005) procurou-se identificar a perceção dessas famílias sobre o que funciona no seu agregado, tendo resultado a união familiar, o vínculo filial e a entajuda como aspectos positivos. As famílias multiproblemáticas pobres emergem como competentes, embora algo bloqueadas no uso dessas competências. Os dados do estudo vão ao encontro destes resultados, na medida em que também os valores familiares assumiram maior expressividade.

Fatores Constrangedores de Sucesso na Intervenção com Famílias

No presente estudo, as características funcionais aparecem como a dimensão mais expressiva das famílias como constrangendo o sucesso da intervenção com as mesmas, de onde se destacaram os desequilíbrios familiares, seguidos da economia familiar, rede social de suporte e história de vida, seguindo-se dos desafios e a adesão à intervenção.

Nos desequilíbrios familiares surgem as problemáticas muito prolongadas no tempo, o que faz com que as famílias não se impliquem, não se envolvam, situações de divórcio e de separação, niveladas por alta conflitualidade entre os membros da família.

A economia familiar surge igualmente como fator constrangedor, na medida em que ainda persistem famílias em que não conseguem assegurar as suas necessidades básicas. Estes dados vão ao encontro dos resultados obtidos num estudo realizado em Portugal (Alves, 2011) abordaram-se as perceções de famílias e técnicos sobre necessidades das famílias e respostas de um CAFAP; dos dados emergentes resulta a importância de necessidades das famílias ao nível básico, na percepção de prestadores de cuidados, com especial foco para necessidades económicas.

Relativamente aos desafios com que as famílias se veem confrontadas surgem com mais expressividade o facto de serem multi-intervencionadas e vivenciarem com frequência situações de crise. De facto, a literatura aponta frequentemente neste sentido, já que os serviços de apoio à família encontram-se organizados por áreas de intervenção. Considerando a complexidade dos problemas apresentados pelas famílias, em áreas diversificadas, as famílias vão acumulando interações com uma significativa quantidade de instituições e técnicos interventores, reforçando a sua dependência e desarticulando a eficiência das intervenções (Sousa & Ribeiro, 2005).

A adesão à intervenção também se constitui como fator constrangedor, na medida em que a maior parte das famílias intervencionadas pelos CAFAP encontram-se num contexto de involuntariedade, muitas das vezes mandatadas por parte do Tribunal. Pelo facto de serem famílias muito intervencionadas, tornam-se muito resistentes à intervenção, não aderindo.

Com menos expressividade surgem os bloqueios, contextos envolventes e falta de motivação.

Na Estrutura CAFAP as dimensões mais referenciadas pelos participantes enquanto constrangedoras de sucesso na intervenção foram o papel do CAFAP, a constituição das equipas e o espaço físico da intervenção.

Relativamente ao papel do CAFAP, muito embora esteja plasmada na Portaria a natureza da sua intervenção, que vai do risco ao perigo, continuam a persistir dúvidas, por parte das entidades referenciadoras, sobre a legitimidade de ação. Das perceções dos participantes “os atropelos” institucionais acontecem, muitas das vezes não é respeitado o princípio da intervenção mínima, constituindo-se como um efetivo fator constrangedor à intervenção, na medida em que as famílias também são arrastadas nesta indefinição.

No que respeita à constituição das equipas há que dar nota de algumas considerações. Com a celebração dos Acordos de Cooperação para a resposta social CAFAP, uma das condições exigidas pelo Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa foi o cumprimento dos rácios definidos pela Portaria. Não obstante os CAFAP respeitarem os rácios definidos para o número de famílias a acompanhar, e grande parte dos mesmos integrarem, inclusive, um número de técnicos acima dos referenciais regulamentados, a maior parte dos

participantes referiram que este rácio é claramente insuficiente para a intervenção de proximidade que se pretende que um Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental desenvolva.

O espaço físico da intervenção surge como fator constrangedor de sucesso quando a realização da intervenção é feita nas instalações dos CAFAP, pela questão da acessibilidade e pela falta de condições económicas por parte das famílias para suportar despesas com a sua deslocação. No entanto, grande parte das intervenções dos Técnicos são realizadas no domicílio, constituindo-se como contexto privilegiado para conhecer melhor os diferentes membros da família nas suas rotinas e espaço. Trabalhar com as famílias nos seus domicílios ajuda a descobrir os seus recursos quando procuram respostas para incutir mudanças nas suas vidas. Esta é uma verdadeira viragem na prática do Serviço Social, em que o técnico interventor deixa de ser o profissional com soluções, para ser como que o “convidado” da família ativando recursos e alterando a sua forma de colaborar com as famílias (Mesl & Kodele, 2016).

Nas Entidades Parceiras a articulação, seguida dos recursos e definição de papéis foram os aspetos constrangedores de sucesso que mais expressividade tiveram por parte dos participantes. A este nível a literatura diz-nos que a maior parte dos serviços oferecem procedimentos que são fragmentados e envolvem duplicações desnecessárias, através da oferta de múltiplos profissionais que não comunicam entre si e colocam o foco no indivíduo (Minuchin et al., 2007). Os recursos são insuficientes e desajustados no tempo segundo as perceções dos participantes.

Quando pretendem apontar um caminho futuro dos CAFAP, os participantes referiram-se essencialmente à necessidade de qualificação da intervenção, e de redimensionamento das equipas. Desta forma os dados vão ao encontro da literatura em que evidencia que em Portugal escasseiam protocolos de avaliação compreensiva devidamente avaliados e validados, bem como modelos com racionais teóricos integradores que orientem os profissionais na condução de uma avaliação com o mesmo teor, e que facilitem a construção de hipóteses compreensivas de caso que respeitem o carácter multidimensional e multideterminado das situações de risco psicossocial ou de perigo em que as famílias se encontram (Melo & Alarcão, 2011).

Redimensionar as equipas é também um aspeto referido pelos participantes como fundamental.

A reflexividade, a especialização, a consolidação e a avaliação apresentam-se também com alguma expressividade por parte dos participantes. A reflexividade é fundamental na intervenção com famílias multidesafiadas, na medida em que permite ao técnico interventor ser observador de si mesmo, permite refletir sobre as suas contribuições para relação com as famílias, assim como saber a capacidade de resposta das mesmas com o objetivo de apoiar e monitorizar a mudança. Os dados obtidos vão ao encontro da literatura nesta matéria (Caves & Melo, 2017).

A definição do papel do CAFAP constitui-se como uma pista orientadora para o caminho futuro na medida em que há necessidade de sensibilizar e informar as entidades parceiras sobre qual é o papel do CAFAP, qual a sua legitimidade de atuação.

Os princípios orientadores percebidos pelos participantes apontam uma clara necessidade de existirem linhas orientadoras/balizadoras da Intervenção cabendo esse papel à entidade que tutela os CAFAP, ao ISS, IP.

Como linhas orientadoras/balizadoras deixam-se alguns contributos: necessidade de se conhecerem os modelos de intervenção/referenciais teóricos utilizados nas diferentes modalidades, assim como perceber como é que os mesmos se operacionalizam com as famílias; a elaboração de um modelo tipo de relatório de avaliação da intervenção, com uma matriz de indicadores que nos permitam trabalhar e analisar os dados quer ao nível distrital, quer ao nível nacional; campanhas de informação/sensibilização sobre o papel do CAFAP; manuais com linhas orientadoras e processos chave para cada uma das modalidades de intervenção; criar comunidades de práticas, onde os profissionais possam partilhar experiências, instrumentos, referenciais.

Em nota final, importa referir que muito embora os referenciais teóricos utilizados pelos CAFAP para sustentar a sua intervenção tenham sido referidos no discurso dos participantes, os dados recolhidos não evidenciam que, de acordo com a operacionalização de determinados referenciais teóricos, estes possam constituir-se como facilitadores ou constrangedores do sucesso na intervenção. Assim, não se identificam quais os referenciais teóricos utilizados pelos CAFAP, mas damos conta que estes vão ao encontro dos modelos

sugeridos pela literatura, e pela Portaria, com enfoque na abordagem colaborativa com a família, fundada em modelos de resiliência familiar, baseada em forças e orientada para soluções (Melo & Alarcão, 2011).

Conclusão

Por último será apresentada a conclusão, onde será abordada a globalidade do estudo, apresentando as limitações encontradas, assim como pistas para investigação futura. O estudo apresentado teve como objetivo explorar os fatores existentes na Estrutura CAFAP – Técnico Interventor – Famílias que potenciam/constrangem o sucesso na intervenção.

Os resultados revelaram que as dimensões mais referidas como fatores potenciadores de sucesso na intervenção foram os Técnicos Interventores (competências-chave, princípios orientadores e valores) e a Estrutura CAFAP (princípios orientadores e suporte às equipas), seguidos das Famílias (essencialmente o foco na mudança). No que respeita aos fatores constrangedores, as próprias Famílias surgem como a dimensão mais representada (características funcionais, desafios e adesão à intervenção). Ainda como fatores constrangedores surgiram o papel do CAFAP, a constituição das equipas e o espaço físico da intervenção, assim como a articulação com as entidades parceiras, os recursos (insuficientes e desajustados no tempo) e a (in)definição de papéis. A qualificação da intervenção, o redimensionamento das equipas, assim como a necessidade de princípios orientadores a balizarem a intervenção foram os aspetos apontados pelos participantes como caminho futuro para os CAFAP.

As limitações encontradas relacionam-se com os participantes, na medida em que foram exploradas as perceções dos técnicos sobre os fatores facilitadores e constrangedores de sucesso na intervenção, mas seria igualmente importante explorar as perceções das próprias famílias sobre quais os fatores potenciadores e constrangedores na tríade construída CAFAP, Técnico Interventor, Família.

Como sugestões para investigações futuras, um estudo com famílias com sucesso na intervenção e com famílias sem sucesso na intervenção, de forma a comparar quais as características existentes na tríade que potenciem e constrangam esse mesmo sucesso.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alves, B. (2011). *Olhar(es) sobre as necessidades das Famílias e as respostas de um Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental - Um Estudo Exploratório com Famílias e Técnicos*. Lisboa: Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Bowen, G. (2008). Naturalistic inquiry and the saturation concept: a research note. *Qualitative Research*, 137–152.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Burnes, B. (2005). Complexity theories and organizational change. *International Journal of Management Reviews*, 73–90.
- Byrne, D. (2005). Complexity, configurations and cases. *Theory, Culture & Society*, 95–111.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1989). *The changing family life cycle: A framework for Family therapy* (2nd ed.). Needham Heights, MA: Allyn and Bacon.
- Caves, L., & Melo, A. T. (2017). (Gardening) Gardening: A relational framework for complex thinking about complex systems. In S. Walsh, R., & Stepney (Ed.), *Narrating complexity* (pp. 1–45). Springer.
- Cilliers. (1998). *Complexity & Postmodernism. Understanding complex systems*. New York: Routledge.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Curvello, J., Scroferneker, C. (2008). A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. E-compós.
- Daly, K. J. (2007). *Qualitative Methods for Family Studies & Human Development*. Califórnia: SAGE Publications.
- Direção Geral da Segurança Social, da F. e da C. (2006). Respostas sociais- Nomenclaturas/Conceitos.
- Ferreira. (2011). *The Paradox of the Third Sector: a systems-theoretical, relational*

- approach to the role of third sector in welfare governance via local partnerships*. (S. Department, Ed.). Lancaster University.
- Foerster, V. (2007). *Understanding Understanding: Essays on Cybernetics and Cognition*. Springer Science & Business Media.
Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Frankel, H., & Frankel, S. (2006). Predictors and moderators of psychological distress in mothers of children with pervasive developmental disorders. *Journal of Family Social Work, 10*(4), 1–23. <https://doi.org/10.1300/J039v10n04>
- Geyer, R., R. (2010). *Complexity and Public Policy - a new approach to twenty-first century politics, policy and society*. London and New York: Routledge.
- Guba, E. G. & Lincoln, Y. S. (1994). Competing Paradigms in Qualitative Research. In *Handbook of qualitative research* (pp. 105–117). London: Thousand Oaks, CA: Sage.
- Guerra, I. C. (2006). *Participação e ação colectiva. Interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Principia Editora.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability. In *Field Methods* (pp. 59–82). SAGE Publications.
- Lerner, R. M. (2001). *Concepts and theories of human development*. Psychology Press.
- Martínez, M. (2003). La familia multiproblemática y el modelo sistémico. *Portularia: Revista de Trabajo Social, (3)*, 89–115.
- Melo, A. & Alarcão, M. (2011). Avaliações em situações de risco e perigo para as crianças : Um roteiro organizador. In *Análise Psicológica* (Vol. 3, pp. 451–466).
- Melo, A. (2011). *As Forças dos Profissionais e da Família Multidesafiada na Proteção da Criança Um modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Melo, A., & Alarcão, M. (2009). Centros de Apoio familiar e Aconselhamento Parental: Proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade, 55–64*.
- Melo, A., & Alarcão, M. (2011). Integrated Family Assessment and Intervention Model : A Collaborative Approach to Support Multi-Challenged, 400–416.
<https://doi.org/10.1007/s10591-011-9168-0>
- Mesl, N., & Kodele, T. (2016). Co-Creating Desired Outcomes and Strengthening the

- Resilience of Multi-Challenged Families. *Center for Educational Policy Studies Journal*, 6(4), 51–72.
- Millar, M., & Corby, B. (2006). The Framework for the Assessment of Children in Need and their Families - A basis for a “therapeutic” encounter? *British Journal of Social Work*, 36(6), 887–899. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch321>
- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. (2013). Diário da República, 1942–1946.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (2007). *Working with Families of the Poor* (Second Edi). The Guilford Press.
- Reeler, D. (2007). *A Three-fold of Theory of Social Change and implications for Practice, Planning, Monitoring and Evaluation*. Centre for Developmental Practice.
- Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). Percepção das Famílias Multiproblemáticas Pobres sobre as suas Competências, *XIX*, 169–191.
- Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2007). Are practitioners incorporating a strengths-focused approach when working with multi-problem poor families? *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 17(1), 53–66. <https://doi.org/10.1002/casp.875>
- Walsh, F. (1998). *Strengthening Family Resilience*. New York: The Guilford Press.

Entrevista individual semi-estruturada

Blocos Temáticos	Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Possíveis Questões	Outros Registos
I Apresentação	<p>1. Pedir permissão para a gravação áudio da entrevista.</p> <p>2. Proceder à apresentação.</p> <p>3. Explicitar objetivos da entrevista.</p> <p>4. Aspectos deontológicos.</p>	<p>2.1 Fazer a apresentação da entrevistadora</p> <p>2.2 Fazer a apresentação do Técnico.</p> <p>3.1 Fornecer informação sobre objetivos, finalidade, duração e conteúdo da entrevista.</p> <p>4.1 Agradecer a colaboração.</p> <p>4.2 Informar sobre o direito à não resposta.</p> <p>4.3 Assegurar o esclarecimento de eventuais dúvidas.</p> <p>4.4 Solicitar a assinatura da declaração de consentimento informado.</p>	<p>Que função ocupa no CAFAP; anos de experiência em CAFAP e no CAFAP atual, formação de base.</p>
II Estrutura CAFAP	<p>1. Recolher informação sobre características e práticas que potenciam e/ou constroem o sucesso das intervenções.</p>	<p>1.1 Qual a missão, visão, valores do CAFAP?</p> <p>1.2 Quais os fatores/caraterísticas existentes na estrutura CAFAP que potenciam o sucesso das intervenções? Identifique os mesmos elencando-os por ordem de importância.</p> <p>1.3 Quais os fatores/caraterísticas existentes na estrutura CAFAP que constroem o</p>	<p>Perceber se se identifica com os mesmos</p> <p>Do mais importante para o menos importante</p>

Entrevista individual semi-estruturada

		<p>sucesso das intervenções. Identifique os mesmos elencando-os por ordem de importância.</p> <p>1.4 Como vê o CAFAP hoje e como o visualiza daqui a 3 anos?</p>	
III Intervenção	<p>1. Obter informação generalizada sobre a intervenção.</p>	<p>1.1 Ao pensar na vossa intervenção, identifique 5 fatores que possam potenciar e 5 fatores que possam constranger o sucesso da mesma.</p> <p>1.2 Gostaria que pensasse como seria a intervenção ideal com as famílias. O que destaca?</p> <p>1.3 Encontra-se muito longe da intervenção atual?</p>	<p>Se sim, de que forma?</p>

Entrevista individual semi-estruturada

<p>IV Competências do Técnico Interventor</p>	<p>1. Obter informação sobre as competências do técnico interventor que potenciam e/ou constroem o sucesso das intervenções.</p>	<p>1.1 Recorde uma intervenção com sucesso, identifique quais as competências do técnico que tenham potenciado esse sucesso?</p> <p>1.2 Recorde uma intervenção que não tenha tido sucesso, identifique quais as competências do técnico que na sua perspectiva possam ter contribuído para esse insucesso.</p> <p>1.3 Para si, quais são as competências-chave que o Técnico Interventor tem que ter para concretizar com sucesso as suas intervenções?</p>	
<p>V Forças e ameaças das famílias</p>	<p>1. Recolher informação sobre características/atitudes/forças potenciadoras das famílias que contribuem para o sucesso das intervenções.</p>	<p>1.1 Quando pensa numa intervenção com sucesso, o que é que destaca na família que possa ter contribuído para esse sucesso?</p> <p>1.2 Quais as forças chave que identifica nas famílias que possam ter impacto na</p>	

Entrevista individual semi-estruturada

	<p>2. Recolher informação sobre características/atitudes/fatores constrangedores das famílias que contribuem para o insucesso das intervenções.</p> <p>3. Obter informação sobre as características/dimensões da tríade CAFAP-Técnico Interventor-Família que possa contribuir para o sucesso das intervenções</p>	<p>intervenção?</p> <p>2.1 Quando pensa numa intervenção que não tenha tido sucesso, o que é que destaca na família que possa ter contribuído para esse insucesso?</p> <p>2.2 Quais os fatores constrangedores chave que identifica nas famílias que possam ter impacto</p> <p>3.1 Na sua perspetiva, quais as características/dimensões que devem ser consideradas no acoplamento da tríade CAFAP-Técnico Interventor-Família que possam contribuir para o sucesso das intervenções?</p>	
VI Finalização	1.Fazer um agradecimento ao	1.1Agradecer ao Técnico a colaboração, a disponibilidade e o contributo na realização	

Entrevista individual semi-estruturada

	<p>Técnico.</p> <p>2.Obter possíveis informações que não tenham sido abordadas.</p>	<p>da entrevista.</p> <p>2.1Perguntar ao Técnico se quer acrescentar algo que julgue relevante.</p> <p>2.2Perguntar ao Técnico se existe alguma questão que queira esclarecer ou fazer alguma sugestão.</p> <p>2.3 Esclarecer que poderá ser facultada uma cópia do estudo após avaliação pelo júri e respetiva publicação formal.</p>	
--	---	--	--

Ficha Técnica Síntese

Instituição:

CAFAP:

Morada:

Objetivos Gerais

Princípios orientadores:

Missão:

Visão:

Valores:

Modalidades de Intervenção:

Preservação Familiar (PF)

Reunificação Familiar (RF)

Ponto de Encontro Familiar (PEF)

Âmbito Geográfico:

Nº Famílias abrangidas em Acordo de Cooperação:

Preservação Familiar (PF)	Reunificação Familiar (RF)	Ponto Encontro Familiar (PEF)	Total

Nº Famílias em acompanhamento:

Preservação Familiar (PF)	Reunificação Familiar (RF)	Ponto Encontro Familiar (PEF)	Total

Critérios de admissão das famílias:

<u>Fases do processo</u>	<u>Observações</u>

Referenciação	
Processo de seleção/Tomada de decisão	
Admissão da família	
Acordo Familiar	
Avaliação da situação familiar	
Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF)	
Desenvolvimento e acompanhamento do PIAF	
Avaliação/termo da intervenção	

Referencias teóricas utilizados:

Instrumentos criados/adaptados:

Boas Práticas	Práticas menos positivas

Observações:

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 139/2013

de 2 de abril

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

A Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprovou as bases gerais do sistema de segurança social, consagra como objetivos do subsistema de ação social, a prevenção e reparação de situações de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais e a especial proteção dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças e jovens.

Considerando que a família, enquanto estrutura de cidadania plena, se caracteriza atualmente por uma diversidade de composição, estrutura e dinâmicas, em que os aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental assumem especial importância, o Estado está particularmente atento às vulnerabilidades daí decorrentes, às quais se torna necessário responder com mecanismos especializados de apoio à família.

Assim, é reconhecida a necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, o que se reveste de particular importância também à luz do sistema de proteção de crianças e jovens e da promoção dos seus direitos.

Com efeito, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprovou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, consagra, de entre os seus princípios orientadores, o princípio da responsabilidade parental, o que implica uma intervenção efetuada de modo a que os pais assumam a sua função parental mediante a aquisição de competências pessoais, familiares e sociais.

Neste contexto, os centros de apoio familiar e aconselhamento parental assumem especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspetiva a sua intervenção.

Assim, os centros de apoio familiar e aconselhamento parental desenvolvem uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, tendo em conta o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar.

Esta intervenção privilegia a promoção do exercício de uma parentalidade positiva e visa a qualificação familiar, através de um trabalho próximo e sistemático com as famílias para a sua capacitação e autonomia, a melhoria do desempenho da função parental e, em certas situações, a reintegração da criança ou do jovem no seu meio familiar.

A concretização plena deste objetivo exige uma cooperação estreita e uma articulação eficaz entre os centros de apoio familiar e aconselhamento parental e as diferentes entidades vocacionadas para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias e crianças, designadamente do âmbito da segurança social, da educação, da saúde e da justiça, o que aliás é assumido no Programa do XIX Governo Constitucional ao considerar que as preocupações das famílias são transversais e estão presentes em todas as áreas da governação.

Neste sentido, e tendo também em conta que o Programa de Emergência Social (PES) consigna nas suas linhas de ação respostas dirigidas a situações de desestruturação familiar, com efeitos particularmente nocivos para as crianças e jovens,

importa proceder à regulamentação da forma de intervenção, organização e funcionamento dos centros de apoio familiar e aconselhamento parental, considerando a sua importância no apoio especializado à família e às crianças e jovens.

Assim, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2011, de 28 de setembro, manda o Governo, pelo Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria estabelece a forma de intervenção, organização e funcionamento dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

Artigo 2.º

Conceito

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, adiante designado por CAFAP, é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

Artigo 3.º

Objetivos

O CAFAP visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- b) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- c) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- d) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- e) Potenciar a melhoria das interações familiares;
- f) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- g) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- h) Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- i) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso.

Artigo 4.º

Âmbito pessoal

1 — Beneficiam do apoio prestado pelo CAFAP as famílias em risco psicossocial, designadamente, quando:

- a) A situação de risco requeira uma intervenção, em tempo útil, que evite a declaração de perigo e a retirada da criança ou do jovem;
- b) A avaliação do risco assinala a inadequação das dinâmicas relacionais e práticas formativas e educativas da

família com consequências negativas para o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem;

c) A aplicação de medida de promoção e proteção em meio natural de vida designadamente, medida de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e confiança a pessoa idónea, exija uma intervenção especializada junto da família;

d) A situação familiar tenha levado à aplicação de medida de promoção e proteção de colocação da criança ou do jovem em família de acolhimento ou em instituição;

e) O apoio especializado à família haja sido recomendado complementarmente a uma intervenção de natureza psicossocial ou terapêutica;

f) O contrato celebrado no âmbito do Rendimento Social de Inserção preveja uma intervenção especializada junto da família.

2—Considera-se em risco psicossocial, a família em que, por diversos fatores de natureza pessoal, relacional e ou ambiental, os responsáveis pela criança ou jovem ajam de forma inadequada no que respeita ao exercício das funções parentais, prejudicando ou pondo em perigo o desenvolvimento integral da criança ou do jovem.

3—O CAFAP pode, ainda, prestar apoio em situações de conflito ou rutura familiar que ponham em causa o bem-estar e o convívio familiar das crianças ou jovens.

Artigo 5.º

Princípios

A intervenção do CAFAP centra-se na família e na criança ou jovem e obedece aos seguintes princípios:

a) Promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem – a intervenção tem por base a criança como sujeito de direitos que deve receber a proteção necessária ao desempenho pleno do seu papel na comunidade, garantindo o seu desenvolvimento integral;

b) Intervenção sistémica – a atuação assenta numa abordagem onde prevalece o contexto em meio natural de vida baseada na proximidade e no caráter integrado e regular da intervenção, tendo em vista um conhecimento e uma visão global da estrutura e do desenvolvimento da família;

c) Valorização das competências parentais – a intervenção deve ajustar-se às especificidades e necessidades de cada família, por forma a que esta assuma as funções parentais e incorpore as soluções mais adequadas;

d) Autonomia das famílias – o modelo de intervenção implica a responsabilização das famílias na estruturação do seu próprio percurso permitindo-lhes conhecimento das problemáticas, dos fatores de risco e dos fatores de proteção e dos recursos existentes na comunidade;

e) Participação e corresponsabilização das famílias – o processo de intervenção fomenta um papel ativo e dinâmico da família numa perspetiva de compromisso e de colaboração mútua;

f) Colaboração entre os profissionais – o trabalho a efetuar com as famílias impõe a articulação entre os profissionais envolvidos, nomeadamente entre as equipas técnicas que acompanham as famílias e as da educação e da saúde, fomentando ações partilhadas e complementares, facilitadoras do estabelecimento de relações positivas entre as famílias e a comunidade;

g) Intervenção mínima – a intervenção deve ser exercida pelos profissionais cuja ação seja indispensável à avaliação e ao acompanhamento da situação familiar, por forma a evitar-se a sobreposição de atuações na vida das famílias e das crianças ou jovens.

h) Privacidade – a intervenção deve respeitar a intimidade e a reserva da vida privada da família e da criança ou do jovem;

i) Obrigatoriedade da informação – a criança ou o jovem e a família têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

Artigo 6.º

Entidades promotoras

Os CAFAP podem ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

a) Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

b) Casa Pia de Lisboa, I.P.;

c) Instituições privadas com e sem fins lucrativos.

CAPÍTULO II

Intervenção

Artigo 7.º

Modelo de intervenção

1—A intervenção desenvolvida pelo CAFAP baseia-se na avaliação familiar e na situação de risco psicossocial das famílias e concretiza-se mediante projetos ou programas estruturados em função da situação particular de cada família.

2—A intervenção privilegia uma abordagem sistémica, intensiva e dinâmica que, numa perspetiva de complementaridade, tem em conta a proximidade e o caráter integrado e regular da intervenção, por forma a permitir um conhecimento e uma visão global da estrutura e da dinâmica familiar.

Artigo 8.º

Modalidades de intervenção

1—O CAFAP visa a qualificação familiar mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar e compreende níveis diferenciados de intervenção de cariz pedagógico e psicossocial que, de acordo com as características das famílias, integram as seguintes modalidades:

a) Preservação familiar;

b) Reunificação familiar;

c) Ponto de encontro familiar.

2—A preservação familiar visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida.

3—A reunificação familiar visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário.

4—O ponto de encontro familiar constitui-se como um espaço neutro e idóneo que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, designadamente em situação de conflito parental e de separação conjugal, mediante uma atuação que:

a) Proporcione encontros familiares em condições adequadas de segurança e bem-estar para as crianças ou jovens, designadamente no que respeita ao regime do exercício

das responsabilidades parentais em situações de divórcio ou separação de pessoas;

b) Promova e facilite um clima de consenso e responsabilidade, através de um trabalho psicopedagógico e social, conducente a uma mínima intervenção judicial.

5—As modalidades de intervenção referidas no número anterior têm caráter autónomo mas podem ser desenvolvidas numa perspetiva de complementaridade que tem em conta uma intervenção integrada e regular.

Artigo 9.º

Fases da intervenção

1—A intervenção do CAFAP compreende as seguintes fases:

- a) Avaliação da situação familiar;
- b) Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF), previsto no artigo seguinte;
- c) Desenvolvimento e acompanhamento do PIAF;
- d) Termo da intervenção.

2—A avaliação da situação familiar constitui o primeiro momento da intervenção no qual se procede à recolha ou atualização de informação e análise de fatores de proteção, de risco e dinâmicas familiares, designadamente:

- a) Características e funcionamento individual dos elementos da família;
- b) Competências dos pais na prestação de cuidados básicos essenciais às crianças ou jovens;
- c) Estrutura, composição e dinâmica familiar no que respeita às relações afetivas, desempenho de papéis e responsabilidades;
- d) Formas de comunicação familiar;
- e) Interação da família com o contexto em que se insere;
- f) Potencial de mudança das famílias e das condições sócio-familiares.

3—A elaboração do PIAF é efetuada pela equipa técnica referida no artigo 23.º, com a participação direta da família e da criança ou jovem, de harmonia com a avaliação da situação familiar e contempla os aspetos referidos no artigo seguinte.

4—O desenvolvimento e acompanhamento do PIAF é um processo dinâmico que engloba a monitorização e a avaliação da intervenção, permitindo:

- a) Atualizar permanentemente o diagnóstico da situação familiar;
- b) Avaliar as relações entre a família e a criança ou o jovem;
- c) Registrar a evolução da situação familiar;
- d) Aferir os resultados alcançados face aos objetivos definidos no PIAF.

5—A intervenção cessa com o cumprimento do PIAF, podendo o CAFAP manter-se informado sobre a evolução e o percurso de vida da família, sempre que esta a tal não se oponha.

6—As fases da intervenção devem adequar-se à respetiva modalidade de intervenção em função da situação particular de cada família e dos objetivos a alcançar.

Artigo 10.º

Plano integrado de apoio familiar

1—O PIAF é definido em função da respetiva modalidade de intervenção, devendo respeitar as capacidades,

potencialidades e expectativas das famílias e envolver, de forma contínua e articulada, os recursos comunitários necessários à sua execução.

2—O PIAF contém, designadamente:

- a) Identificação e residência da família;
- b) Diagnóstico da situação atual da família;
- c) Diagnóstico do risco psicossocial da família;
- d) Fatores de risco e fatores de proteção;
- e) Fragilidades e potencialidades familiares;
- f) Objetivos a atingir pela família;
- g) Atividades a desenvolver;
- h) Recursos a utilizar e apoios necessários;
- i) Tempos para a intervenção e avaliação do processo;
- j) Identificação do técnico do CAFAP responsável pela intervenção, bem como do coordenador de caso referido no artigo 17.º, responsável pela coordenação dos apoios à família.

3—O PIAF é elaborado no prazo de dois meses a contar da data de admissão da família.

4—O PIAF tem a duração de um ano, podendo, sempre que se justifique, a intervenção ser prolongada por igual período.

5—O PIAF é avaliado, em regra, semestralmente, e revisto sempre que necessário.

Artigo 11.º

Atividades

1—O CAFAP, tendo em conta o âmbito das modalidades de intervenção, desenvolve ações diferenciadas em função da situação e das características das famílias, reforçando e fortalecendo o seu envolvimento nas redes de suporte social.

2—As ações desenvolvidas são focalizadas na família, no âmbito de projetos de treino de competências parentais e familiares, de autoajuda ou de suporte social, que podem concretizar-se, fundamentalmente, mediante:

- a) Ações de formação parental;
- b) Apoio psicopedagógico e social.

Artigo 12.º

Formação parental

1—A formação parental tem como objetivo primordial o reforço e a aquisição de competências para o exercício das responsabilidades parentais necessárias para orientar e formar as crianças e jovens, garantindo-lhes um desenvolvimento harmonioso.

2—A formação parental visa, ainda, dotar as famílias das competências e dos recursos necessários a uma melhor dinâmica familiar designadamente a nível físico, afetivo, relacional, comunitário e de organização familiar, bem como reforçar o sistema social de apoio.

3—Tendo em consideração as características das famílias, bem como os objetivos definidos no PIAF, a formação parental pode desenvolver-se através de uma intervenção individual e ou grupal.

4—A intervenção individual com as famílias pode ocorrer em espaço institucional e ou domiciliário e deve permitir:

- a) Observar as interações entre a família e a criança no seu meio natural de vida;
- b) Promover o desenvolvimento de competências parentais, apelando à autonomia da família;
- c) Orientar a família na adaptação às rotinas quotidianas e atividades;

d) Implicar os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais no seu papel de educadores principais.

5—A intervenção grupal obedece a programas de formação parental organizados em módulos temáticos escolhidos em função das necessidades concretas das famílias.

Artigo 13.º

Apoio psicopedagógico e social

1—O apoio psicopedagógico e social consiste numa intervenção integrada, de natureza psicológica, pedagógica e social, que pretende desenvolver a autonomia e a resiliência das famílias, fomentando a consciência de que são capazes de superar as dificuldades e modificar a dinâmica de funcionamento pessoal e familiar, bem como melhorar as suas condições de vida.

2—O apoio psicopedagógico e social visa ainda promover a integração das famílias nas redes de apoio social e fomentar a construção de interações positivas.

3—O apoio psicopedagógico e social integra, designadamente:

a) A promoção da autoestima e a construção de interações positivas entre os elementos da família;

b) O reforço das competências parentais, designadamente ao nível dos cuidados básicos, segurança, orientação, estabelecimento de limites e estimulação;

c) A mediação entre os elementos da família por forma a facilitar a comunicação e a solução de dificuldades, promovendo um clima de consenso e responsabilidade;

d) O desenvolvimento de estratégias de comunicação intrafamiliar;

e) A adaptação a novas formas de organização da vida diária;

f) A prestação de informação e aconselhamento na resolução de situações complexas e na tomada de decisões;

g) A prestação de informação sobre os serviços da comunidade, identificando os recursos existentes e formas de acesso;

h) A promoção da participação em atividades de formação, culturais e de lazer, potenciando o estabelecimento de relações positivas com os vizinhos, a escola, o contexto laboral e a comunidade em geral.

4—Quando exista necessidade de uma intervenção que envolva aspetos específicos relacionados com competências de entidades de outros setores, designadamente da saúde, da educação e com as atribuições do município, deve a equipa técnica do CAFAP articular e colaborar com os serviços ou organismos responsáveis.

Artigo 14.º

Avaliação final da intervenção

1—A avaliação final é uma componente do processo de intervenção e pressupõe o conhecimento dos resultados alcançados por cada família, do grau de concretização do PIAF, bem como dos efeitos da intervenção sobre o desenvolvimento das competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

2—A avaliação referida no número anterior é efetuada pela equipa técnica com a participação direta da família e, quando necessário, com a colaboração de outros profissionais envolvidos na intervenção.

3—Da avaliação é elaborado relatório que incide, designadamente, sobre a causalidade entre a intervenção e os resultados alcançados por cada família, o impacto das mudanças no comportamento e na vivência familiares, bem como sobre os elementos associados à eficácia da intervenção.

4—Nos casos em que da avaliação final decorra a necessidade de outro tipo de intervenção dirigido à família e ou à criança ou jovem, deve o CAFAP, consoante os casos e a especificidade das situações, dar conhecimento do relatório de avaliação às entidades competentes em matéria de infância e juventude.

CAPÍTULO III

Procedimentos para a intervenção

Artigo 15.º

Referenciação

As famílias e as crianças ou jovens são referenciados para uma intervenção do CAFAP, consoante os casos, pelas comissões de proteção de crianças e jovens ou pelo tribunal, bem como por entidades públicas ou privadas do âmbito da segurança social, saúde, educação e justiça.

Artigo 16.º

Admissão

1—A admissão da família é formalizada em reunião na qual estão presentes a família, o técnico da equipa do CAFAP e o coordenador de caso.

2—A reunião para admissão tem por objetivo esclarecer a família sobre a forma como a intervenção se processa, dos seus direitos e deveres e do papel e da função que cada um dos intervenientes desempenha no processo de intervenção.

3—A formalização da admissão é efetuada com a assinatura do acordo familiar previsto no artigo 18.º.

Artigo 17.º

Coordenador de caso

O coordenador de caso é o elemento responsável por planear e coordenar os apoios à família e por promover a transição das famílias para programas ou apoios mais adequados à sua situação.

Artigo 18.º

Acordo familiar

O acordo familiar constitui um compromisso, reduzido a escrito, entre a família e os técnicos do CAFAP responsáveis pelo apoio, onde se definem as responsabilidades das partes e os objetivos a atingir com a intervenção constantes do PIAF.

CAPÍTULO IV

Organização e funcionamento

Artigo 19.º

Capacidade

A capacidade dos CAFAP é definida em função das modalidades de intervenção e do número de famílias a abranger, não podendo ultrapassar as 100 famílias.

Artigo 20.º

Funcionamento

1—O funcionamento do CAFAP deve garantir a autonomia e o bem-estar das famílias.

2—O CAFAP funciona durante todo o ano e deve ter um horário de funcionamento adequado às necessidades das famílias e às modalidades de intervenção.

3—O CAFAP elabora o respetivo regulamento interno e o processo individual da família.

Artigo 21.º

Regulamento interno

1—O CAFAP possui obrigatoriamente regulamento interno, o qual define as regras e os princípios específicos de funcionamento e contém, designadamente:

- a) Modalidades de intervenção;
- b) Horários de funcionamento.

2—O regulamento interno é dado a conhecer às famílias e afixado em local visível e de fácil acesso.

Artigo 22.º

Processo individual da família

1—Do processo individual da família deve constar:

- a) Identificação e residência da família;
- b) Caracterização da situação e diagnóstico das necessidades e potencialidades da família;
- c) PIAF, previsto no artigo 10.º;
- d) Acordo familiar, previsto no artigo 18.º;
- e) Relatórios sobre o processo de evolução da situação familiar;
- f) Data do início e do termo da intervenção;
- g) Avaliação final da intervenção;
- h) Registo de situações anómalas e de diligências efetuadas.

2—O processo individual é de acesso restrito e é arquivado pelo CAFAP, em condições de segurança, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 23.º

Equipa técnica

1—A intervenção do CAFAP é assegurada por uma equipa técnica multidisciplinar organizada segundo as especificidades das modalidades de intervenção desenvolvidas pelo CAFAP, por forma a garantir uma atuação integrada dos apoios a prestar às famílias.

2—A equipa técnica é constituída por profissionais com experiência nos domínios da capacitação e formação familiar, bem como do desenvolvimento integral da criança e do jovem, nos termos dos números seguintes.

3—A composição da equipa, bem como o seu tempo de afetação, são determinados em função das necessidades, dos recursos existentes, do número de famílias acompanhadas e das modalidades desenvolvidas.

4—Para um referencial de 100 famílias, a equipa técnica é composta por:

- a) Um técnico de serviço social a 100%;
- b) Um psicólogo a 100%;
- c) Um educador social a 100%.

5—Quando o CAFAP desenvolva a modalidade de ponto de encontro familiar, a equipa técnica integra, ainda, para um referencial de 25 famílias, um técnico com formação em mediação familiar, a 50%, que pode ser um dos técnicos referidos no número anterior.

6—A equipa técnica pode, ainda, integrar, a tempo inteiro, outros profissionais com formação adequada às modalidades de intervenção desenvolvidas pelo CAFAP, nomeadamente agentes de educação familiar.

7—À equipa técnica é garantida formação inicial e contínua pelas entidades promotoras que lhe asseguram, também, a respetiva supervisão e avaliação.

Artigo 24.º

Cooperação e articulação com outras entidades

1—Os CAFAP cooperam e articulam com outras entidades ou serviços da comunidade vocacionados para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias, designadamente nas áreas da educação, da saúde, da justiça, da segurança social, do emprego e da formação profissional.

2—No âmbito do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, os CAFAP articulam com as comissões de proteção e, sempre que necessário ou exigido, com as equipas multidisciplinares de assessoria técnica aos tribunais, procedendo à elaboração das informações e dos relatórios sociais necessários à avaliação da situação sociofamiliar e do desenvolvimento integral da criança ou do jovem.

CAPÍTULO V

Avaliação

Artigo 25.º

Avaliação e fiscalização

1—O CAFAP deve conceber processos de avaliação sistemática, promovendo a participação de todos os intervenientes, designadamente famílias e técnicos.

2—O Instituto da Segurança Social, I.P. fiscaliza o cumprimento da presente portaria.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 26.º

Adequação

Os CAFAP que se encontrem em funcionamento devem adequar-se ao estabelecido na presente portaria no prazo de 18 meses a contar da data da sua entrada em vigor.

Artigo 27.º

Início de vigência

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*, em 28 de março de 2013.